

32

# Historia Y MEMORIA

ISSN: 2027-5137

Enero - Junio , Año 2026 - Tunja, Colombia

**O governo do 1° Visconde de Barbacena no Estado do Brasil:  
comunicação política, provimentos militares e redes de  
poder (1671-1675)**

<https://doi.org/10.19053/uptc.20275137.n32.2026.18713>

**Hugo André Flores Fernandes Araújo**  
**Páginas 57-102**



# O governo do 1º Visconde de Barbacena no Estado do Brasil: comunicação política, provimentos militares e redes de poder (1671-1675)

Hugo André Flores Fernandes Araújo<sup>1</sup>  
*Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)- Brasil*

Recepción: 22/12/2024  
Evaluación: 11/04/2025  
Aprobación: 16/06/2025  
Artículo de Investigación e Innovación



 <https://doi.org/10.19053/uptc.20275137.n32.2026.18713>

## Resumo

O artigo analisa o governo de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, 1º visconde de Barbacena, no Estado do Brasil (1671-1675), com foco na comunicação política interna e nos provimentos de serventias militares. Para analisar como a comunicação foi usada para estruturar as redes de poder e as negociações com elites locais utilizam-se fontes diversas como correspondências, provimentos, cartas patentes e consultas do conselho ultramarino. Metodologicamente o estudo combina análise quantitativa e qualitativa das correspondências e das serventias providas, para compreender os mecanismos de governação e as estratégias do visconde de Barbacena. A análise explora a interação entre a esfera política e militar, detalhando como a comunicação favoreceu tanto interesses particulares quanto as demandas do império português. Destaca-se a relevância de Afonso Furtado de Mendonça na articulação política atlântica, o uso estratégico de nomeações para consolidar redes de influência e os desafios de governar um território extenso e complexo. Conclui-se que a comunicação política foi

---

1 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Bolsista de pós-doutorado PIPD/CAPES na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). ✉ hugoaffa@hotmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-9381-5916>.



central para consolidar o poder régio e gerenciar conflitos locais, revelando uma governança marcada por contínuas negociações.

**Palabras clave:** comunicação política, redes de poder, provimentos de serventia, estado do Brasil, governo-geral.

**El gobierno del I<sup>o</sup> vizconde de Barbacena en el Estado del Brasil: comunicación política, provisiones militares y redes de poder (1671-1675)**

**Resumen**

El artículo analiza el gobierno de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, I vizconde de Barbacena, en el Estado del Brasil (1671-1675), con foco en la comunicación política interna y en las provisiones de oficios militares. Para examinar cómo la comunicación fue utilizada para estructurar redes de poder y las negociaciones con las élites locales, se emplean diversas fuentes como correspondencias, provisiones, cartas patentes y consultas del Consejo Ultramarino. Metodológicamente, el estudio combina análisis cuantitativo y cualitativo de las correspondencias y de las provisiones, dentro de un enfoque de historia política y social que privilegia la comunicación escrita y la construcción de redes de poder. El análisis explora la interacción entre las esferas políticas y militares, detallando cómo la comunicación favoreció tanto los intereses particulares como las demandas del Imperio portugués. Se destaca la relevancia de Afonso Furtado de Mendonça en la articulación política atlántica, el uso estratégico de nombramientos para consolidar redes de influencia y los desafíos de gobernar un territorio extenso y complejo. Se concluye que la comunicación política fue central para consolidar el poder régio y gestionar conflictos locales, revelando una gobernanza marcada por continuas negociaciones.

**Palabras clave:** comunicación política, redes de poder, provisiones de oficios, Estado del Brasil, gobierno general.

## **The Government of the First Viscount of Barbacena in the State of Brazil: Political Communication, Military Appointments, and Networks of Power (1671–1675)**

### **Abstract**

This article examines the government of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, the first Viscount of Barbacena, in the State of Brazil (1671–1675), focusing on internal political communication and the appointment of military offices. To explore how communication was used to structure power networks and negotiations with local elites, the study draws on diverse sources such as correspondence, royal provisions, letters patent, and consultations from the Overseas Council. Methodologically, it combines quantitative and qualitative analyses of these documents within a political and social history framework that emphasises written communication and the construction of power networks. The analysis explores the interaction between the political and military spheres, detailing how communication served both individual interests and the demands of the Portuguese Empire. The article highlights Afonso Furtado de Mendonça's relevance in the Atlantic political connection, his strategic use of appointments to consolidate influence networks, and the challenges of governing a vast and complex territory. It concludes that political communication was central to consolidating royal power and managing local conflicts, revealing a governance marked by continuous negotiation.

**Keywords:** political communication, networks of power, granting of offices, State of Brazil, general government.

### **Le gouvernement du 1er vicomte de Barbacena dans l'État du Brésil: communication politique, provisions militaires et réseaux de pouvoir (1671-1675)**

### **Résumé**

L'article analyse le gouvernement d'Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, 1er vicomte de Barbacena, dans l'État du Brésil (1671-1675), en mettant l'accent sur la communication politique

interne et sur les provisions d'emplois militaires. Pour examiner comment la communication a servi à structurer des réseaux de pouvoir et les négociations avec les élites locales, diverses sources sont mobilisées : correspondances, provisions, lettres patentes et consultations du Conseil d'Outre-mer. D'un point de vue méthodologique, l'étude combine une analyse quantitative et qualitative des correspondances et des provisions, dans une perspective d'histoire politique et sociale qui privilégie l'écrit et la construction des réseaux de pouvoir. L'analyse explore l'interaction entre sphères politique et militaire, et détaille la manière dont la communication a favorisé à la fois des intérêts particuliers et les exigences de l'Empire portugais. L'importance d'Afonso Furtado de Mendonça dans l'articulation politique atlantique est soulignée, de même que l'usage stratégique des nominations pour consolider des réseaux d'influence et les défis d'un gouvernement d'un territoire vaste et complexe. Il est conclu que la communication politique fut centrale pour consolider le pouvoir royal et gérer les conflits locaux, révélant une gouvernance marquée par des négociations continues.

**Mots-clés:** communication politique, réseaux de pouvoir, provisions d'office, État du Brésil, gouvernement général.

## Introdução

A comunicação política<sup>2</sup> foi um dos elementos centrais das dinâmicas governativas do Império português, pois permitiu a transmissão de ordens, o envio de notícias e a coleta de informações, assim como viabilizou práticas de negociação e a conformação de redes sociais. Nesse sentido, o estudo das políticas de informação é um meio incontornável para compreender o cotidiano da governação.

No campo da história da informação e da comunicação, trabalhos recentes indicaram como ações de controle dos fluxos

---

<sup>2</sup> Seguimos aqui a definição de Filippo de Vivo, na qual comunicação política se refere à circulação de informações e ideias relacionadas à eventos e instituições políticas. Filippo De Vivo, *Information and communication in Venice: rethinking early modern politics* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 2.

de comunicação foram entendidas como fontes de poder<sup>3</sup>, capazes de estruturar redes globais de comunicação na primeira modernidade<sup>4</sup>.

O principal resultado dessas discussões na historiografia luso-brasileira foi apresentado no livro *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*<sup>5</sup>, que caracteriza as conexões entre os territórios atlânticos da monarquia portuguesa e o centro político em Lisboa. A análise quantitativa dos dados demonstrou uma dinâmica multifacetada de relações entre a Coroa e os diversos súditos e oficiais no ultramar, apresentando tendências que suscitem novas questões acerca da organização e transformação da monarquia pluricontinental portuguesa. Grande destaque foi conferido à articulação das elites locais para se inserir em um contexto imperial e reivindicar a remuneração por seus serviços em forma de mercês e privilégios<sup>6</sup>. Esses estudos também apontaram como os governadores-gerais do Estado do Brasil foram protagonistas na comunicação política com o Reino<sup>7</sup>.

Em paralelo, outros trabalhos investigaram a comunicação desenvolvida no interior da América Portuguesa, percebendo

3 Ida Nijenhuis y otros, «Information and power in history: A new historiographical approach?», en *Information and power in history: towards a global approach*, ed. Ida Nijenhuis y otros (New York: Routledge, 2020), 274–284.

4 John-Paul A Ghobrial, «Networks and the Making of a Connected World in the Sixteenth Century», en *Information: a historical companion*, ed. Ann Blair y otros (Princeton: Princeton University Press, 2021), 86–103; Filippo De Vivo, «Microhistories of Long-Distance Information: Space, Movement and Agency in the Early Modern News», *Past & Present* vol. 242, n° Supplement\_14):179–214, 2019, doi: <https://doi.org/10.1093/pastj/gtz042>.

5 João Fragoso; Nuno G. Monteiro, eds., *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017), 13-46.

6 João Fragoso, «Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa», en *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, eds. João Fragoso; e Nuno G. Monteiro (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017).

7 Francisco Carlos Cosentino; Mafalda Soares da Cunha; António Castro Nunes; Ronald Raminelli, «Governadores reinóis e ultramarinos», en *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, eds. João Fragoso; e Nuno G. Monteiro (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017), 299–334.

como esses circuitos internos eram esferas de discussão e negociação entre os poderes locais, os governadores-gerais e os governos de capitânias<sup>8</sup>.

A atenção às dinâmicas internas de governo também produziu estudos que investigaram os mecanismos de poder que permeavam os provimentos de serventia de ofícios, destacando como redes governativas eram organizadas entorno dessa prerrogativa, e com frequência produziram disputas jurisdicionais que eram mediadas pelos conselhos superiores da monarquia<sup>9</sup>. Um avanço recente na temática foi o conjunto de estudos publicados em um livro por Romulo Valle Salvino,

8 Denise Aparecida Soares de Moura, «Redes associativas e de comunicação entre as câmaras de uma capitania, São Paulo (século XVIII)», *História Revista* vol. 21, nº 1 (2016): 48-69, doi: <https://doi.org/10.5216/hr.v21i1.37319>; Adrian Comissoli; e Clarissa Prestes Medeiros Vianna, «Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português», *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*, vol. 13, nº 26 (2017): 11–24; Hugo André Flores Fernandes Araújo, «A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682)», (Tesis de doctorado en História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018); Carla Maria Carvalho de Almeida ed., *Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa, séculos XVII e XVIII* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2019); Hugo André Flores Fernandes Araújo, «Com cartas para todas as câmaras deste Estado»: a comunicação política entre o governo-geral e as câmaras do Estado do Brasil (1642-1682). *Revista Ágora* vol. 32, nº 3 (2021): 1–34; Kleyson Bruno Chaves Barbosa, «A câmara da cidade no Natal na arquitetura de poderes das capitânias do norte: Comunicações políticas, relações de poder e integração a Império português (1701-1759)», (Tesis de doctorado en História, Universidade Federal Fluminense, 2022); Arthur Curvelo, «Governar à distância nas capitânias da América portuguesa Comunicações políticas entre governadores e autoridades locais (Pernambuco, séculos XVII e XVIII)», en *Las distancias en el gobierno de los imperios ibéricos: concepciones, experiencias y vínculos*, orgs. Guillaume Gaudin; Roberta Stumpf (Madrid: Casa de Velázquez, 2022), 235–54, <https://books.openedition.org/cvz/29051>; Romulo Valle Salvino, *Os correios dos governadores: Sistemas de comunicação escrita administrativa e militar na América portuguesa* (Jundiaí: Paco Editorial, 2024).

9 Hugo André Flores Fernandes Araújo, As dinâmicas de comunicação política e de provimento de ofícios na formação de redes governativas no Estado do Brasil (1663-1667), en *Impérios Ibéricos no Antigo Regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII)*, eds, Fabiano Vilaça dos Santos; Mônica da Silva Ribeiro (Belo Horizonte: Fino Traço, 2019): 235–258; Marcos Arthur Viana da Fonseca, «Os governos das Capitânias do Norte: poder, jurisdição e conflitos (1645-1750)», (Tesis de doctorado en História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2022); Leonardo Paiva de Oliveira, «Governantes das Capitânias do Norte: hierarquias territoriais, circulação e redes de conhecimento dos agentes governativos (1654 – 1800)» (Tesis de doctorado en História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2022), 9-289.

no qual o autor investiga os *sistemas de comunicação escrita administrativa e militar* dos governos da América Portuguesa. Salvino emprega essa definição mais específica para compreender os modelos de organização criados para viabilizar o governo<sup>10</sup>.

Nesse artigo analisarei as questões de governo que orbitavam a comunicação política interna e os provimentos de serventia a partir da análise do governo de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, o 1º visconde de Barbacena. Esse nobre português ocupou o governo-geral entre 1671 e 1675, falecendo enquanto ocupava o ofício. Organizei os argumentos do texto em três seções. Início a exposição a partir de um quadro geral acerca da comunicação política do governo-geral durante a segunda metade do século XVII, discutindo as fontes e as tendências quantitativas dessas dinâmicas de governo. Na sequência me concentro nos dados referentes ao governo do visconde de Barbacena, explorando os dados e os relacionando ao contexto que marcou a governação no período. Por fim, analiso como a intercessão entre a comunicação política e os provimentos de serventia permitem apreender dinâmicas governativas de formação de redes, indicando as estratégias de Afonso Furtado e de seu grupo no Estado do Brasil.

## **1. As dinâmicas internas do governo-geral: fontes e enquadramento**

Para compreender as dinâmicas internas que permeiam a governação (comunicação política e provimento de serventias) é necessário começar a partir de uma consideração sobre as fontes consultadas. A maior parte das correspondências e dos

---

10 Salvino justifica sua escolha: «defendo que mensagens voltadas para as questões diplomáticas e militares, na paz ou na guerra, também se enquadram na esfera da política ou do governo dos outros, seja em suas formas mais francas e comezinhas, seja naquelas marcadas pelo sigilo», portanto o uso da «expressão “comunicação escrita administrativa e militar”. Estou ciente que a escolha também tem limitações, mas a intenção foi apenas demarcar que o objetivo não é tratar da “comunicação política” em sua acepção mais ampla». Salvino, *Os correios dos governadores...*, 11.

provimentos de serventia<sup>11</sup> coletados está publicada na coleção *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*<sup>12</sup>, portanto trata-se de um *corpus* documental muito diversificado, contendo cartas, provisões, alvarás, regimentos, sesmarias, cartas régias e entre outros instrumentos de governo. Grande parte da coleção apresenta cartas provenientes dos *livros de registro*<sup>13</sup>, nos quais foi anotada a *correspondência ativa*<sup>14</sup> dos governadores-gerais, isto é, as cartas por eles remetidas para outras autoridades.

Outras séries documentais figuram nas bases de dados em menor volume, e elas complementam certas lacunas temporais e espaciais dos dados. A documentação manuscrita registrada

11 É preciso destacar que os provimentos de ofício poderiam ocorrer de duas formas: por nomeação régia, associada às propriedades de ofício, e o provimento temporário das serventias de ofício, feitos por vice-reis, governadores-gerais, governadores de capitania e capitães-mores. As propriedades de ofício eram concedidas apenas pelos monarcas na qual, por vezes, a «concessão era vitalícia e tendencialmente hereditária». Roberta Stumpf, «Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português», *Topoi (Rio de Janeiro)* vol. 15, nº 29 (2014): 614. doi: <https://doi.org/10.1590/2237-101X015029009>. Por outro lado, as serventias de ofício possuíam um caráter transitório e provisório de continuidade do ofício enquanto não houvesse determinação régia e por essa razão era uma prerrogativa delegada aos oficiais de governo através dos regimentos. Araújo, *A construção da governabilidade...*, 185.

12 A partir desse ponto farei referência aos *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* pela sigla DHBN, seguido pelo número do volume na coleção.

13 O Catálogo da Exposição de História do Brasil indica que as fontes publicadas nos Documentos Históricos eram provenientes dos livros de registro, alguns eram originais do século XVII e outros eram de cópias manuscritas do século XVIII e XIX. Biblioteca Nacional, *Catálogo da exposição de história do Brasil*, introdução de José Honório Rodrigues (Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981), 494-495.

14 Não utilizei a correspondência passiva dos governadores-gerais, isto é as cartas recebidas de outras autoridades da América portuguesa e de Portugal. A série de ordens régias, parcialmente publicada nos DHBN (volumes 66, 67 e 68) e as coleções manuscritas do Arquivo Público do Estado da Bahia e nos códices do Arquivo Histórico Ultramarino registram uma parte significativa da correspondência recebida do Reino e por isso reflete dinâmicas externas de comunicação. As missivas enviadas por autoridades da América portuguesa não figuram entre a documentação publicada na coleção. Além disso, a opção de não trabalhar com essa dinâmica é em grande medida uma imposição da massa documental pois não encontrei um número significativo de cartas destinadas aos governadores-gerais, o que inviabiliza a reconstrução e a análise sobre a troca de correspondências entre as várias partes da América Portuguesa. Contudo vale registrar que existem algumas cartas dos governadores de Pernambuco para o governo-geral na Coleção Conde dos Arcos do Arquivo da Universidade de Coimbra e dos capitães-mores do Rio Grande nos Livros de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, custodiados pelo Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, porém o uso dessas fontes excede o escopo do presente artigo e merece uma análise detida em trabalhos futuros.

nas *Provisões de Governo e Senado*<sup>15</sup> e a documentação publicada que na coleção *Atas da Câmara*<sup>16</sup> fornecem especificamente dados da correspondência do governo geral dirigida à câmara de Salvador. Coletei informações nos *Livros de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal* nos quais está registrada a correspondência recebida do governo-geral, dos governadores de Pernambuco e dos capitães-mores do Rio Grande<sup>17</sup>. Extraí de algumas edições da *Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco*<sup>18</sup>, a correspondência do governo-geral para os moradores de Pernambuco e as autoridades neerlandesas no Recife, e na coleção *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*<sup>19</sup>, as correspondências enviadas pelo governo-geral para a câmara paulistana.

Por fim, cabe destacar que durante a coleta de dados optei por não registrar as cartas que apresentassem grandes

15 A documentação integra o acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS). Para o Quadro 1, utilizo dados dos seguintes códices: *Provisões de Governo e Senado* (PGS) Vol. 1 (1642-1648); Vol 2. (1648-1657); Vol. 3, (1649-1656). Esses eram os códices preferenciais que registraram a comunicação entre os governadores-gerais e a câmara de Salvador. Ver: Hugo André Flores Fernandes Araújo, «Com cartas para todas as câmaras deste Estado»: a comunicação política entre o governo-geral e as câmaras do Estado do Brasil (1642-1682)». *Revista Ágora*, vol. 32, nº 3, (2021): 6.

16 Essa coleção apresenta fontes do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador. O levantamento de dados nos volumes II (1641-1649), III (1649-1659), IV (1659-1669) e V (1669-1684) revelou o registro de cartas dos governadores-gerais destinadas à câmara apenas terceiro volume. O que reforça a percepção de que esse tipo de documentação era registrado em um códice específico, como acredito ser o caso das *Provisões de Governo e Senado*.

17 Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), *1º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1659-1668 e 2º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1673-1690)*.

18 Essa documentação se relaciona ao governo de Antônio Teles da Silva (1642-1647) e é composta pela documentação luso-brasileira pertencente ao fundo da Velha Companhia das Índias Ocidentais (Oude West Indische Compagnie), custodiada pelo Arquivo Nacional de Haia (Nationaal Archief). Parte desta documentação foi publicada na *Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco* (RIAGP) nº 34, Dezembro de 1887 (Recife: Typographia Universal, 1887); *Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco*, nº 35, Abril de 1888, (Recife: Typographia Universal, 1888).

19 A coleção *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo* (RGCSPP) agrega a correspondência dos governadores-gerais destinadas à câmara paulista, tal como a série *Provisões de Governo e Senado* registra a comunicação a câmara soteropolitana. Arquivo Municipal de São Paulo, *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, vol. II (1637-1660), (São Paulo: Typographia Piratininga, 1917); Arquivo Municipal de São Paulo, *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, vol. III (1661-1709), (São Paulo: Typographia Piratininga, 1917).

trechos deteriorados. Inseri no banco de dados apenas as correspondências que permitissem identificar um conjunto mínimo de elementos como os destinatários, os locais de destino e os assuntos tratados. Essa escolha foi feita com vista a possibilitar que a análise avançasse para além de questões quantitativas, contemplando também os aspectos qualitativos da dinâmica comunicacional.

Governador-geral	Período de governo <sup>20</sup>	Duração do governo em meses <sup>21</sup>	Total de cartas	Média de cartas por meses	Total de provimentos militares	Média de provimentos por meses
<b>Antônio Teles da Silva</b>	30/08/1642 26/12/1647	63	33	0,52	14	0,22
<b>Antônio Teles de Menezes, 1º Conde de Vila Pouca de Aguiar</b>	26/12/1647 10/03/1650	26	35	1,34	11	0,42
<b>D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, 2º Conde de Castelo Melhor</b>	10/03/1650 06/01/1654	35	342	9,77	53	1,51
<b>D. Jerônimo de Ataíde, 6º Conde de Atouguia</b>	06/01/1654 18/06/1657	41	294	7,17	57	1,39
<b>Francisco Barreto</b>	18/06/1657 26/06/1663	72	284	3,94	117	1,62

20 Os dados sobre o período de governo foram coletados em várias fontes: D. José de Mirales, «Historia militar do Brasil», em *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. XXII, (1900): 1-214 Luiz dos Santos Vilhena, *Recompilação de Noticias soteropolitanas e brasílicas*. Livro II (Salvador: Imprensa Official do Estado, 1921), 404-414. Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (BNRJ), Brasil. Seção de *Manuscritos*, Códice 1, 2, 5.

21 Os meses contabilizados neste quadro foram arredondados, considerando apenas os meses completos de governo, desconsiderando os dias isolados para efeito do cálculo.

Governador-geral	Período de governo <sup>20</sup>	Duração do governo em meses <sup>21</sup>	Total de cartas	Média de cartas por meses	Total de provimentos militares	Média de provimentos por meses
D. Vasco Mascarenhas, 1º Conde de Óbidos	26/06/1663 14/06/1667	47	279	5,93	131	2,78
Alexandre de Sousa Freire	14/06/1667 08/05/1671	46	252	5,47	228	4,95
Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, 1º Visconde de Barbacena	08/05/1671 26/11/1675	52	465	8,94	216	4,15
Roque da Costa Barreto	15/03/1678 23/05/1682	50	99	1,98	64	1,28
<b>Total</b>		<b>432</b>	<b>2083</b>	<b>4,82</b>	<b>891</b>	<b>2,06</b>

**Quadro 1:** Correspondências enviadas e provimentos militares feitos pelo governo-geral (1642-1682).

**Fonte:** Banco de dados: correspondências do governo-geral<sup>22</sup>; Banco de dados: provimentos militares do governo-geral<sup>23</sup>

O recorte temporal das séries apresentadas no Quadro 1 indica como há lacunas em determinados períodos, o que se deve sobretudo a perda de parte das fontes. Cabe destacar que o período entre 1642 e 1682 foi objeto de estudo mais detido, no qual analisei as transformações nos poderes do governo-geral e as dinâmicas de comunicação política<sup>24</sup>. Desse modo, é possível identificar lacunas e comparar os volumes de correspondência e patentes militares emitida em cada governo. Os anos iniciais do recorte (1642-1654) e os anos finais (1678-1682) apresentam

22 Sempre que o *banco de dados: correspondências governo-geral* for mencionado, estarei fazendo referência aos dados coletados em: DHBN, Vols. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 33, 86; AHMS, PGS, Vols. 1, 2, 3; RGCSP, Vols. II e III; Atas da Câmara, Vol. III; RIAGP, n° 34 e n° 35; IHGRN, 1° e 2° Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal.

23 O *banco de dados: provimentos militares do governo-geral* teve seus dados coletados em: DHBN, Vols. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32; RGCSP, Vols. II; AHMS, PGS, Vols. 1, 2.

24 Araújo, *A construção da governabilidade...*, 115-179.

variações acentuadas em relação às médias de emissões<sup>25</sup>. O recorte temporal utilizado na análise não incorporou dados para o período compreendido entre 26/11/1675 e 15/03/1678, intervalo no qual o poder foi exercido pelo governo interino, formado para conduzir a governação após a morte de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça<sup>26</sup>.

O Quadro 1 apresenta 2083 cartas e 891 provimentos coletados para o período analisado (1642-1682), no qual indicamos o volume emitido por cada governador-geral. As médias de cada governador-geral foram obtidas a partir da divisão do total de emissões pelo total de meses de governo. Por exemplo, a média de 4,82 cartas por mês foi calculada a partir do total de cartas de todos os governos (2083 cartas) dividida pela somatória dos meses de todos os períodos de governo (432 meses). Esses dados permitem identificar momentos de intensa comunicação, como os governos do Conde de Castelo Melhor (1650-1654), no qual a média de missivas por mês foi de 9,77 e o governo do Visconde de Barbacena (1671-1675) com a média mensal de 8,94. O elevado número de emissões (342 cartas) em um período relativamente breve de governo (35 meses) é o confere à média mais alta entre os governos analisados ao Conde de Castelo Melhor, o que também é um reflexo de como as várias mudanças nos anos finais da guerra contra os neerlandeses interferiram no contexto da governação. Por outro lado, as 465 cartas enviadas pelo Visconde de Barbacena ao longo de 52 meses se destacam por dois elementos: o maior número de emissões entre os governos analisados e a terceira maior duração de governo nesse período. O governo de Afonso Furtado também foi o segundo em número de serventias militares (216 patentes), com uma média mensal de 4,15 provimentos, o que reflete o esforço governo-geral de manter o exercício dessa prerrogativa

25 A diferença pode estar associada a vários fatores, como as dificuldades de comunicação durante a guerra contra os holandeses, mas provavelmente a perda dos originais ao longo do tempo parece ser o fator de maior peso. A ocupação neerlandesa também inviabilizava o provimento de postos civis e militares nas capitânicas do norte, o que pode ser observado na geografia dos provimentos para esse período. Araújo, *A construção da governabilidade...*, 180-286.

26 Governo formado por formado por Álvaro de Azevedo, Mestre de Campo do terço de Salvador; Agostinho de Azevedo Monteiro, chanceler da Relação do Estado do Brasil; e Antônio Guedes Brito, juiz ordinário da câmara de Salvador.

em um contexto de reordenamento jurisdicional e intensificação das mobilizações nas guerras internas contra os povos indígenas e os mocambos.

As fontes também permitem fazer algumas considerações sobre as dinâmicas materiais, logísticas e institucionais que viabilizavam a circulação da correspondência na América Portuguesa. Romulo Valle Salvino realizou um estudo aprofundado acerca da criação e implantação do sistema postal do correio-mor no Estado do Brasil. Para o autor foi somente na segunda metade do século XVII, após a expulsão dos holandeses, é que as nomeações dos oficiais responsáveis por viabilizar esse sistema de comunicação ocorreram.<sup>27</sup> O autor destaca como a implementação do ofício foi marcada por resistência dos poderes locais que listavam uma série de razões para se opor ao novo ofício que controlaria a circulação de correspondências.<sup>28</sup> Foi precisamente durante o período de governo do visconde de Barbacena que Bartolomeu Frago Cabral foi nomeado como assistente de correio nomeado para atuar na Bahia, onde encontrou forte oposição dos poderes locais. Nas petições enviadas pelos moradores de Salvador o ofício é recusado com base em argumentos costumeiros (alegando que desde o início do povoamento a comunicação ocorria sem a necessidade desse tipo de intermediário) e que o meirinho do mar, um oficial da fazenda, já exercia a prática de distribuir as correspondências recebidas de maneira satisfatória.<sup>29</sup>

---

27 Salvino indica que a criação do Correio-Mor das Cartas do Mar ocorreu em 1658 e só teve os primeiros assistentes nomeados para atuar na América Portuguesa a partir de 1662. Romulo Valle Salvino, *Guerras de papel: comunicação escrita, política e comércio na monarquia ultramarina portuguesa*, (Jundiá: Paco Editorial, 2020), 197-200.

28 Romulo Salvino indica que os fatores de resistência estavam associados à «aspectos práticos (...), relativos ao atendimento a determinadas necessidades e aos custos envolvidos, diferente no caso brasileiro, bem como à autonomia própria das Câmaras numa monarquia em que as autoridades deviam ser negociadas e em que não havia consenso sobre o que poderia ser o bem comum». Salvino, *Guerras de papel...*, 211-212.

29 Salvino cita o documento onde esse argumento é apresentado: «o meirinho do mar, logo que chegam os navios e embarcações, as vai procurar a bordo; e o mestre, em companhia do dito meirinho, as trazem [sic] a palácio metidas em um saco e de uma janela se publicam e se vão entregando às pessoas a que tocam, que as estão recebendo em baixo na praça, e nesta posse estiveram sempre desde o descobrimento e fundação desta cidade». Salvino, *Guerras de papel...*, 221.

Se a distribuição das correspondências recebidas era desempenhada em Salvador pelo meirinho do mar, o envio e transporte por outro lado, era desempenhado pelos mestres das embarcações. Em uma portaria de 1663, o vice-rei Conde de Óbidos determinou que nenhuma embarcação poderia partir de Salvador sem a sua licença e sem o despacho assinado pelo Provedor da Alfândega. A ordem possuía além das motivações mais evidentes, controle do fluxo de navegação e fiscalização das cargas, a intenção de assegurar o envio frequente de ordens do governo para outras capitanias<sup>30</sup>. O vice-rei explicitou isso em carta ao capitão do forte real da praia de São Felipe, onde os mestres das embarcações tinham que apresentar a licença do governador assinada pelo provedor para serem liberados para partida:

são poucos os Mestres das embarcações da costa que vêm pedir licença, na forma que sempre foi estilo, de que resulta faltar-se á ordem, e ficar na Secretaria as cartas, e despachos que ordinariamente se mandam para as Capitanias, a que fazem sua viagem, o que é tanto contra o serviço Del-Rei meu Senhor e expediente dos negócios das mesmas Capitanias<sup>31</sup>.

Desse modo é comum encontrar na documentação que as correspondências eram enviadas em conjunto para serem repassadas a partir de outros pontos, como as «cartas que levou o Mestre Miguel Martins na lancha que foi para o Rio de Janeiro em o último de Junho [de 1650], para dali se remeterem a São Vicente»<sup>32</sup>. No que toca a correspondência do visconde de

30 A portaria ordenava que «o Provedor da Alfandega, não despache navio algum, nem outra qualquer embarcação, que saia deste porto, para os ultramarinos, ou do mesmo Estado, sem primeiro lhe presentarem os Mestres licença minha», prevendo como punição para as embarcações que rumassem para o reino e para o ultramar a execução «do fiador do Mestre, pela pena que é costume e se declarará na fiança», já para embarcações da costa do Estado do Brasil a punição previa a prisão «na cadeia donde não será solto sem nova ordem minha». 28/07/1663. DHBN. vol. 7, 112-113. Isso é reforçado por ordens posteriores nas quais se evidencia a importância desses indivíduos para viabilizar a comunicação: os mestres deveriam «buscar á Secretaria do Estado os despachos que sempre foi uso, e receber as cartas, e ordens do Governo, que se mandam para todas as Capitanias do Estado a que difficilmente se remetem, se se perde a ocasião de as enviar nos barcos que para elas partem». 12/02/1664. DHBN, vol. 7, 134.

31 03/10/1663. DHBN. vol. 7, 126-127. O capitão ficarei responsável por prender aqueles que descumprissem a portaria.

32 DHBN, vol. 3, 73-74.

Barbacena há indícios de prática semelhante, demonstrando como a correspondência seguia até determinando ponto e era repassada a outros intermediários para que encaminhassem aos destinatários:

Por uma embarcação, que daqui parte em direitura para o Espírito Santo, vos remeto o *saco de cartas, que será com esta, e nele vão os maços que constam da lista inclusa firmada pelo Secretário do Estado*. Os maços do Provincial de São Bento que vão para o Abade desse Mosteiro do Rio, e me pediu lhe mandasse remeter por minha via por serem de muita importância e temer lh'as furtem, vos encomendo muito lh'os mandeis remeter por pessoa que lh'os entregue em mão própria, quando vós o não queirais mandar chamar para da vossa os receber pessoalmente que é o que me parece que será melhor. O *maço que vai para o Capitão-mor da Capitania de São Vicente convém também muito que tanto que receberes esta despacheis logo um correio com outra pessoa, por se acaso cansar que lh'o leve, e entregue em mão própria, e cobre certidão sua que vós me remetereis na primeira ocasião*<sup>33</sup>.

Há indícios da presença dos assistentes de correio atuando na comunicação. Em cartas enviadas ao capitão-mor da Paraíba o visconde de Barbacena menciona o correio como intermediário: «Por não ir este correio sem carta escrevo esta a Vossa Mercê»<sup>34</sup>. Em uma resposta ao governador do Rio de Janeiro o governador-geral indicou como o «Correio me achou na cama sangrado algumas vezes, de que fico convalescendo»<sup>35</sup>. Além disso, em algumas situações o governo-geral menciona o envio de correspondências pelo correio de terra<sup>36</sup>, assim como pedia respostas enviadas por via terrestre<sup>37</sup>. Em resumo, seja pelo envio de correspondência por particulares ou pelos assistentes de correio-mor, por terra ou por mar, as

33 Grifo nosso. 11/07/1673. DHBN, vol. 6, 257.

34 06/06/1672. DHBN, vol.10, 64-65.

35 30/11/1674. DHBN, vol. 6, 294-296.

36 Em carta enviada a São Vicente o governador informou: «despacho este correio por terra, e deste mesmo modo escrevo ao Administrador Geral para que por terra, e por mar me venham sem dilação alguma». 02/07/1675. DHBN, vol. 11, 23-26.

37 Em outra situação o governador-geral pediu que o capitão-mor despachasse sua resposta por terra: «por ser tão importante fazer-me logo aviso em resposta de tudo o que lhe escrevi, e lhe impediram por mar as monções contrarias me remeta logo por um correio de terra: para o qual lhe envio uma ordem particular que o tal correio há de trazer consigo, e em virtude dela se lhe dar em todas as partes donde chegar o favor necessário». 01/12/1674. DHBN, vol. 10, 438-439.

correspondências do governo-geral seguiam itinerários que em muitos casos envolviam a passagem das cartas pelas mãos de vários intermediários.

Nos próximos tópicos irei explorar as questões contextuais que influenciaram essas dinâmicas governativas nos próximos tópicos. Acredito que a análise mais aprofundada da correspondência e dos provimentos militares emitidos durante o governo de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, possibilita avançar não apenas na compreensão de fatores conjunturais, mas também na identificação de elementos fundamentais que permeavam o cotidiano da governação.

## **2. O governo do Visconde de Barbacena: aspectos gerais da comunicação e dos provimentos militares**

Afonso Furtado tomou posse do governo do Estado do Brasil em 8 de maio de 1671, iniciando o exercício do poder em um contexto marcado pelas guerras contra indígenas no sertão, por disputas jurisdicionais com os governos de outras capitanias, pela a procura de riquezas minerais e o esforço de coleta de informações para o reordenamento dos poderes.<sup>38</sup> O visconde de Barbacena chegou à América Portuguesa depois de passar quatro anos servindo como governador de armas da província portuguesa da Beira, tendo o seu mérito de comandante reconhecido na patente que o nomeou ao governo-geral<sup>39</sup>.

38 As instruções que acompanhavam o regimento que Afonso Furtado recebeu destacam esse papel de coleta e reunião de informações sobre as jurisdições e práticas de vários officios nas capitanias do Estado do Brasil: «no tempo presente se tem alterado as coisas de maneira que para o bom governo do Brasil convém reformar-se o Regimento do governador e capitão geral, como e dos governos e capitanias de todo o Estado, ordenareis as pessoas a que tocar, vos enviem os traslados e deem as noticias necessárias e todos os regimentos e ordens antigas e modernas que houver pertencentes ao Governo, Fazenda, Justiça e Guerra». 04/03/1671. «Nº 13: Instrução que há de guardar o governador e Capitão Geral deste Estado Afonso Furtado de Mendonça». Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Seção de Manuscritos, *Códice 9, 2, 20. (1642-1753)*. Uma cópia desse documento também está em: 28/09/1674. AHU\_ACL\_CU\_005-02, Cx. 22, D. 2606.

39 Sua carta patente destaca: «[...] procedeu com assinalado valor sempre por vezes ferido matando a muitos dos inimigos com evidente perigo de sua vida; e fazendo outros particulares serviços, em todos os progressos da guerra, com grande reputação de minhas armas tendo por seu conselho e valor muita parte no bom sucesso das vitorias que se alcançaram dos inimigos». 16/07/1670. Instituto de Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT), *Chancelaria de D. Afonso VI*. Livro 41. f. 12-12v

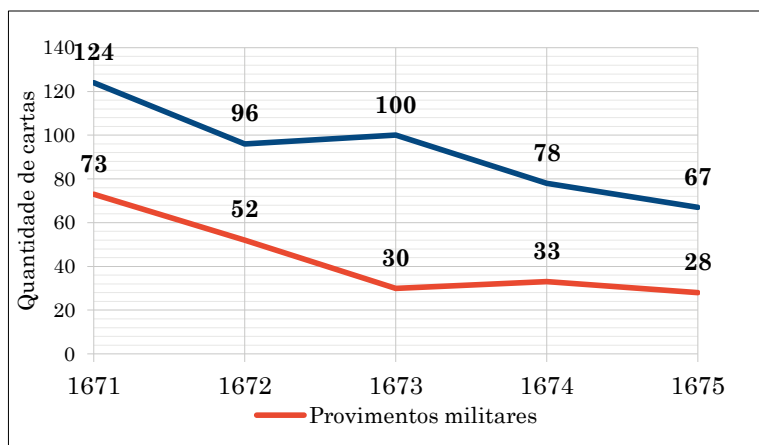
Nesse sentido, é curioso notar que a primeira de suas medidas de governo fosse justamente relacionada a guerra, no caso em questão sobre os conflitos que ocorriam em Angola. A carta endereçada ao provedor da Fazenda Real, no dia seguinte a posse, o governador indica que «a primeira ação do meu governo [é] o socorro de Angola»<sup>40</sup>, retomando o expediente iniciado por seu antecessor Alexandre de Sousa Freire<sup>41</sup> com o preparo dos mantimentos e munições para despachar duzentos soldados. A expedição com os reforços militares para Angola demandava tempo e recursos, de modo que os preparativos iniciados por Sousa Freire em Abril só seriam finalizados no começo de Junho<sup>42</sup>. A vitória das forças portuguesas na África foi obtida nos meses seguintes, e na avaliação do Conselho Ultramarino «o triunfo só fora possível devido ao reforço de tropas enviado do Brasil»<sup>43</sup>. Esse caso é indicativo do protagonismo atlântico que o governo-geral havia adquirido ao longo do século XVII, pois como veremos ao longo do texto, Afonso Furtado mobilizou recursos e pessoas para exercer poder e influência em áreas distantes da sua jurisdição territorial, tanto no Estado do Brasil quanto na África ocidental.

40 09/05/1671. DHBN, vol. 86, 188.

41 Em fevereiro de 1671 Alexandre de Souza Freire começou a negociar com a câmara de Salvador o envio de reforços para Angola em função dos conflitos que ocorriam na África ocidental, em especial para a campanha que Francisco Távora preparava contra as forças de Matamba. 20/02/1671. DHBN vol. 86, 186-187. Cf. Roquinaldo Ferreira, «O Brasil e arte da guerra em Angola (séculos XVII e XVIII)», *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 39 (2007): 7; Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2000), 302.

42 Em resposta ao governador de Pernambuco o visconde de Barbacena informou que «depois de amanhã ficam embarcados cento e cinquenta infantes para partir no seguinte dia em dois navios. Já estão prestes outros dois em que mando vinte cavalos, e gente da segunda leva que se fica fazendo.» 02/06/1671. DHBN, vol. 9, 416-417. Nove patentes foram concedidas aos oficiais dessa expedição: DHBN, vol. 24, 160-162; 170-172; 172-175; 183-184; 184-185; 186-187; 187-188; 188-190; 194-196.

43 Ferreira, «O Brasil e arte da guerra...», 2. Parte dos prisioneiros da família real do Ndongo foram enviadas para o Brasil e posteriormente para Lisboa. Silvia Hunold Lara, «Depois da batalha de Pungo Andongo (1671): o destino atlântico dos príncipes do Ndongo», *Revista de História*, nº 175 (2016): 205-225. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.121827>. Em seu livro recente José Lingna Nafafé destaca como a estadia da família real Ndongo em Salvador foi essencial para a formulação que embasaria o processo contra a escravidão apresentado ao vaticano pelo príncipe Lourenço da Silva Mendonça. José Lingna Nafafé, *Lourenço da Silva Mendonça and the Black Atlantic Abolitionist Movement in the Seventeenth Century* (Cambridge: Cambridge University Press, 2022), 213-214; 219. doi: <https://doi.org/10.1017/9781108974196>.



**Gráfico 1** – Correspondências e provimentos militares feitos pelo Visconde de Barbacena (1671-1675).

**Fonte:** Banco de dados: correspondências do governo-geral;  
Banco de dados: provimentos militares do governo-geral.

O Gráfico 1 apresenta o volume anual de correspondências e provimentos militares que o visconde de Barbacena emitiu ao longo de seu governo. Como é possível observar, os anos iniciais apresentam o maior volume de emissões, principalmente porque foram anos de muitas mobilizações e transformações acerca da jurisdição do governo-geral. Nesse sentido cabe destacar que o governo de Pernambuco foi o principal destinatário em 1671 recebendo 32 cartas sobre os mais variados assuntos como, por exemplo, os preparativos para expedições contra Palmares<sup>44</sup> e contra indígenas em Cairú<sup>45</sup>; a discussão sobre a subordinação

44 Estou me referindo as guerras contra o quilombo de Palmares, a maior e mais longeva comunidade de negros que fugiram na escravidão na América portuguesa. O livro recente de Sílvia Hunold Lara é uma das análises mais densas sobre a história desse quilombo. Sílvia Hunold Lara, *Palmares & Cucaí: O Aprendizado da dominação* (São Paulo: Edusp, 2021).

45 29/07/1671. DHBN, vol. 9, 427-429; 07/11/1671. DHBN, vol. 9, 451-453; 07/11/1671. DHBN, vol. 9, 453-454; 07/11/1671. DHBN, vol. 9, 454-455. Os confrontos contra os povos indígenas no interior da capitania da Bahia ficaram conhecidos como a Guerra do Aporá (1669-1673), e faz parte de um conjunto maior de guerras (comumente chamada de “Guerra dos Bárbaros”) empreendida pelos portugueses contra os povos que não se submeteram às autoridades e resistiram ao processo de colonização no interior, ocorrido durante a segunda metade do século 17. O ataque indígena à vila de Cairú (ocorrido em 1670) foi um marco do conflito que motivou às autoridades a organizarem expedições justificadas no princípio de *guerra justa* e na promessa de distribuição das terras indígenas. Pedro Puntoni, *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720* (São Paulo, Brasil: FAPESP: Editora Hucitec, Edusp, 2000), 107-116.

do governo da capitania de Itamaracá<sup>46</sup>; pedidos de informações e listas sobre os oficiais que serviam na capitania<sup>47</sup> e sobre as prerrogativas de provimento das serventias<sup>48</sup>. No tocante aos provimentos militares é interessante observar que dos 73 realizados para 1671, 24 foram para expedições: 14 para o reforço militar de Angola<sup>49</sup>, 8 para a expedição contra os indígenas em Cairú<sup>50</sup> e 2 para a expedição enviada contra os mocambos que haviam em Sergipe del Rey<sup>51</sup>.

Capitanias	Nº de cartas	%	Nº de Provimentos	%
Bahia	128	27,5	90	41,7
Pernambuco	86	18,5	1	0,5
São Vicente	58	12,5	7	3,2
Rio de Janeiro	36	7,7	1	0,5
Sergipe del Rei	36	7,7	17	7,9
Ihéus	35	7,5	7	3,2
Paraíba	22	4,7	16	7,4
Espírito Santo	21	4,5	7	3,2
Itamaracá	11	2,4	3	1,4
Rio Grande 11		2,4	12	5,6

46 03/09/1671. DHBN, vol.9, 430-433; 06/10/1671. DHBN, vol. 10, 8-19.

47 03/06/1671. DHBN, vol.9, 421-422; 11/06/1671. DHBN, vol. 9, 426; 05/09/1671. DHBN, vol. 9, 433-435; 06/09/1671. DHBN, vol.9, 440-441.

48 03/06/1671. DHBN, vol.9, 414; 05/09/1671. DHBN, vol.9, 442-443; 07/11/1671. DHBN, vol. 9, 454-455; 07/11/1671. DHBN, vol. 9, 457-458; 08/11/1671. DHBN, vol. 9, 461.

49 10/07/1671. DHBN, vol. 24, 253-254; 29/05/1671. DHBN, vol. 24, 188-190; 02/06/1671. DHBN, vol. 24, 184-185; 27/08/1671. DHBN, vol. 24, 280-283; 18/06/1671. DHBN, vol. 24, 223-228; 03/05/1671. DHBN, vol. 24, 160-162; 14/06/1671. DHBN, vol. 24, 194-196; 18/09/1671. DHBN, vol. 24, 305; 02/06/1671. DHBN, vol. 24, 186-187; 01/06/1671. DHBN, vol. 24, 183-184; 01/06/1671. DHBN, vol. 24, 187-188; 13/05/1671. DHBN, vol. 24, 172-175; 10/05/1671. DHBN, vol. 24, 170-172; 04/09/1671. DHBN, vol. 24, 289-290.

50 20/07/1671. DHBN, vol. 24, 269-270; 04/07/1671. DHBN, vol. 12, 155-156; 09/07/1671. DHBN, vol. 12, 150-151; 20/07/1671. DHBN, vol. 24, 267-269; 20/07/1671. DHBN, vol. 24, 265-267; 20/07/1671. DHBN, vol. 24, 262-264; 28/07/1671. DHBN, vol. 24, 278-280; 20/07/1671. DHBN, vol. 24, 270-272.

51 31/08/1671. DHBN, vol. 12, 152-154; 09/10/1671. DHBN, vol. 12, 176-177. Mocambo era outro termo, amplamente utilizado nesse período, para descrever comunidades criadas por negros que fugiram da escravidão.

Capitanias	Nº de cartas	%	Nº de Provimientos	%
Porto Seguro	11	2,4	7	3,2
Não informado	6	1,3	-	-
Cabo Frio	3	0,6	3	1,4
Itanhaém	1	0,2	3	1,4
Expedição	-	-	42	19,4
<b>Total</b>	<b>465</b>	<b>100%</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

**Quadro 2** - Dispersão geográfica da correspondência e dos provimentos militares (1671-1675).

**Fonte:** Banco de dados: correspondências do governo-geral;  
Banco de dados: provimentos militares do governo-geral.

A análise da dispersão geográfica das emissões do governo nos permite identificar elementos que refletem a complexidade da esfera jurisdicional nesse contexto. Os dados do Quadro 2 foram dispostos de forma a representar o número de emissões de cartas e provimentos para cada capitania e sua representação percentual foi calculada a partir do total de cada série. Desse modo, se observa que o governo de Afonso Furtado seguiu uma tendência semelhante aos outros governos<sup>52</sup>, pois concentrou o maior fluxo de comunicação (128 cartas) e de provimentos militares (90) na Capitania da Bahia<sup>53</sup>. O principal interlocutor na capitania era a câmara de Salvador que recebeu 40 cartas ao longo do período, o que corresponde a 8,6 % de toda a correspondência do governo geral e 31,3 % das cartas enviadas para a Bahia. Devemos recordar que a elite da capitania ocupava a câmara<sup>54</sup>, de modo que a negociação entre o governo-geral e a edilidade era um elemento constante e necessário a governação,

<sup>52</sup> Araújo, *A construção da governabilidade...*, 138-142.

<sup>53</sup> Como sede do governo-geral e importante polo econômico e administrativo, a capitania da Bahia era o principal núcleo populacional da América portuguesa. A cidade também sediava o tribunal da Relação e do bispado do Brasil, que foi elevado a arquidiocese em 1676. Guida Marques, «“Por ser cabeça do Estado do Brasil”. As representações da cidade da Bahia no século XVII», em *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*, org. Evergton Sales Souza; Guida Marques e; Hugo Ribeiro da Silva (Salvador: Lisboa: EDUFBA; CHAM, 2016), 18-19.

<sup>54</sup> Durante o século 60% dos oficiais que serviram na câmara de Salvador e na provedoria da Misericórdia eram senhores de engenho. Thiago Nascimento Krause, «*Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista.*», (Tesis de doctorado en História, Universidade Federal do Rio Janeiro, 2015), 141.

propiciando o estabelecimento de vínculos políticos e favorecendo a defesa de interesses de ambas as partes<sup>55</sup>. No que toca aos provimentos de serventias militares é preciso destacar que o elevado número está associado ao fato da Bahia ser a principal praça militar da América portuguesa, uma vez que em 1676 o presídio de Salvador possuía 1200 soldados em seus dois terços<sup>56</sup>. Desse modo, durante o governo de Afonso Furtado houve uma predominância de provimentos de oficiais para tropas das ordenanças no recôncavo (54 patentes), seguido por uma presença considerável dos oficiais de tropas pagas que em sua maioria ficavam alocadas na urbe soteropolitana (33 patentes).

As capitânicas anexas que estavam mais próximas da Bahia (Sergipe del Rey, Ilhéus e Porto Seguro) apresentam volumes de correspondência significativos no quadro do governo de Afonso Furtado. Sergipe del Rey figura com destaque (36 cartas), nas quais o governo-geral tratou de assuntos como auxílio para as expedições contra indígenas, as buscas por minas de prata em Itabaiana e ordenamento político da capitania. A capitania de Ilhéus apresenta um volume aproximado (35 cartas) porém os assuntos tratados nas cartas se concentram em dois grandes temas: o abastecimento de Salvador com a farinha de mandioca produzidas nas vilas de baixo (Cairú, Camamú e Boipeba) e a defesa e organização das vilas da capitania em função dos ataques indígenas e das expedições punitivas. Por fim, a capitania de Porto Seguro figura com o menor volume das capitânicas anexas próximas à Bahia sendo o principal fator a lacuna temporal, pois a correspondência destinada a essa capitania entre 1642 e 1682 se concentra apenas em alguns períodos: 10 cartas entre 1650 e 1656 e 16 cartas entre 1670 e

---

55 A negociação entre o governo-geral e a câmara de Salvador serviu aos interesses das elites locais sobre capitânicas próximas (Sergipe del Rey, Ilhéus e Porto Seguro) no que toca ao controle da produção e restrição de venda de determinados gêneros (farinha, tabaco e aguardente), ao passo que os governadores obtiveram apoio da câmara para organizar a defesa local, preparar expedições de socorro e reforço para outras praças atlânticas como Angola e a Colônia de Sacramento. Araújo, «Com cartas para todas...», 26.

56 05/06/1676. AHU\_ACL\_CU\_005-02, Cx. 22, D. 2607. Para uma análise mais detida sobre os provimentos militares e a organização das forças de defesa da Bahia ver: Hugo André Flores Fernandes Araújo, «O provimento de ofícios militares e a organização da defesa na capitania da Bahia (1642-1682)», *História (São Paulo)*, vol. 41, (2022): 1–22.

1678 (sendo que 11 destas foram enviadas por Afonso Furtado) e uma carta em 1681. Desse modo, durante o governo do Visconde de Barbacena os temas tratados na comunicação com a capitania envolviam as discussões sobre os auxílios às expedições da «guerra dos bárbaros», com envio mantimentos e mobilização de tropas de indígenas aldeados; além de ordens e instruções sobre a governação e manutenção da paz entre os moradores da capitania. No tocante aos provimentos, o governo geral detinha as prerrogativas para nomear oficiais de ordenanças (que eram mais presentes nesses espaços do que as tropas pagas), tropas indígenas e oficiais de governo<sup>57</sup>. No conjunto a comunicação com essas capitanias aponta para uma atuação sobre essas regiões em busca de suprir o abastecimento de Salvador com mantimentos, víveres e matérias-primas (como madeiras) que atendiam demandas do comércio atlântico.

A capitania de Pernambuco recebeu o segundo maior volume de correspondências, e inversamente apenas 1 provimento militar. Isso, em parte, está associado à jurisdição do governo de Pernambuco, delimitada nas cartas patentes dos governadores e em no regimento da capitania<sup>58</sup>. O governador Fernão de Souza Coutinho (1670-1674) foi o principal interlocutor do Visconde de Barbacena, recebendo 48 cartas ao longo de todo o período, o que equivale a 10,3% de toda a correspondência enviada pelo governo-geral e 55,8% das cartas enviadas para a Pernambuco nesse período. Isso reforça a percepção como a interlocução entre os dois governos era central, uma vez que Coutinho sozinho recebeu mais cartas do que toda a capitania do Rio de Janeiro (36 cartas) ou do que o volume enviado para as outras capitanias do Norte Paraíba (22 cartas), Itamaracá (11 cartas) e Rio Grande (11 cartas). Cabe destacar que a carta patente de Coutinho seguia a fórmula especificada nas cartas patentes

---

57 Durante seu governo Afonso Furtado realizou o provimento de capitães mores para todas essas capitanias: 17/06/1671. Sebastião de Moura (Porto Seguro). DHBN, vol. 12, 141-142; 27/06/1671. João Munhós (Sergipe del Rey). DHBN, vol. 24, 230-233; 05/05/1672. Manuel Peixoto de Sá (Ilhéus). DHBN, vol. 12, 220-222.

58 «19/08/1670. Regimento dos governadores da capitania de Pernambuco» em Biblioteca Nacional, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXVIII (Rio de Janeiro, 1906), 121-127.

dos governadores de Pernambuco desde o governo de Jerônimo de Mendonça Furtado, com a delimitação territorial das capitanias subordinadas ao governo de Pernambuco: «dê ao dito Fernão de Sousa Coutinho a posse do dito governo e a todos os oficiais maiores e menores da guerra, justiça e fazenda da dita capitania de Pernambuco e das mais anexas, exceto as da Paraíba e Rio Grande por estarem sujeitas ao governo do Brasil»<sup>59</sup>. Essa demarcação da jurisdição territorial dos provimentos se reflete também no fato do significativo número de patentes enviadas por Afonso Furtado para as capitanias da Paraíba (16), Rio Grande (12) e Itamaracá (3)<sup>60</sup>.

São Vicente figurou em destaque como destino das correspondências, ocupando a terceira posição em volume de cartas (58). O contexto de busca por riquezas minerais e participação dos paulistas nas expedições contra os indígenas impulsionaram a comunicação com o capitão-mor de São Vicente que recebeu 19 missivas, o que representa 4,1% do total de correspondência do governo-geral no período e 32,8% das cartas enviadas para São Vicente. As câmaras da capitania também foram destinatárias da correspondência, sendo a câmara de São Paulo a principal interlocutora entre as municipalidades com 6 missivas, seguida da câmara de São Vicente com 2 e da câmara de Santos com 1. Os provimentos para a capitania de São Vicente apontam para o papel de intermediário exercido pela câmara de São Paulo pois dos 7 provimentos realizados para a capitania, 4 eram para o posto de capitão e administrador de aldeia indígenas nos quais todos os providos foram indicados pela câmara. Isso fica destacado nas cartas patentes e na missiva enviada para a câmara: «Serve esta somente de acompanhar as patentes que Vossas Mercês me pediram por carta sua de 25 de Maio deste ano

59 20/02/1670. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso VI*, Livro 45, fl.133v-134.

60 Essas capitanias possuíam status distintos, Paraíba e Rio Grande eram capitanias régias e Itamaracá era uma donataria que fora incorporada ao patrimônio régio após a rendição neerlandesa. A subordinação da capitania foi alvo de disputas entre o governo-geral e o governo de Pernambuco por vários anos. Desde 1672 a coroa estabeleceu que Itamaracá como subordinada militarmente à Pernambuco, e nos assuntos de Justiça e Fazenda subordinada ao governo-geral. (Fonseca, «Os governos das Capitanias do Norte...», 199-259; Curvelo, «Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”», 379.

[1671], para as pessoas que me apontaram que era justo fossem capitães e administradores das quatro aldeias que nessa Vila estão á ordem de Vossas Mercês»<sup>61</sup>.

O volume de correspondências destinado para a capitania do Rio de Janeiro (36) é um pouco menor se comparado com outras capitanias do Sul. Sua posição na hierarquia política lhe conferia jurisdição sobre outras capitanias do Sul, como São Vicente, Espírito Santo, Cabo Frio e Itanhaém, mas em função do contexto de busca por riquezas minerais o fluxo de correspondência com outras capitanias foi direcionado para as autoridades de governo que ficavam responsáveis por auxiliar e supervisionar essas expedições exploratórias. No que toca ao número de provimentos encontramos apenas 1 provimento<sup>62</sup>, o que se associada a dois fatores principais: as lacunas documentais e as prerrogativas de provimento do governador do Rio de Janeiro<sup>63</sup>. Em diversas correspondências para o governador do Rio de Janeiro, Afonso Furtado solicitou que o governador João da Silva de Souza enviasse listas com os postos vagos na capitania, acompanhadas de indivíduos sugeridos para o provimento: «[...] me aponte para cada um [dos postos vagos] três sujeitos, os que lhe parecerem mais beneméritos (...) para serem os mesmos que eu proponha a Sua Alteza e remeter a Vossa Senhoria a patente daquele que Vossa Senhoria me avisar»<sup>64</sup>. Poucos meses depois o governo-geral reforçou o pedido, destacando mais uma vez que o provimento seria feito nas pessoas que o governador do Rio de

61 07/10/1671. DHBN, vol. 6, 187-188. Os providos eram Antônio Ribeiro Baião (DHBN, vol. 12, 165-167), Manuel Rodrigues de Arzão (DHBN, vol.12. 167-169), Henrique da Cunha Machado (DHBN, vol.12, 169-171) e Pascoal Rodrigues da Costa (DHBN, vol.12, 171-173).

62 28/09/1672. «Carta patente do posto de Capitão da Vila da Paraíba do Sul, provido em Antônio Coelho de Bastos», DHBN, vol. 12, 245-246.

63 Em um catálogo da documentação manuscrita do Arquivo Nacional encontrei apenas um provimento feito pelo governador João da Silva de Souza, a patente de «Capitão e governador da Fortaleza de S. Sebastião, em Martim Lourenço da Veiga» de 27/01/1675. A série apresenta muitas lacunas e irregularidades, portanto essa patente não pode ser entendida como tendência dos provimentos realizados pelo governador. Arquivo Nacional, *Publicações do Archivo Público Nacional*, vol. XI 1675-1719 (Rio de Janeiro: Typographia do Archivo Público Nacional, 1911), 9.

64 23/07/1671. DHBN, vol. 6, 179-180; DHBN, vol. 6, 181-182; 216-218; 227-228; DHBN, vol. 9, 35-36; DHBN, vol. 10, 440.

Janeiro indicasse<sup>65</sup>, o que em conjunto com outras cartas sugere uma proximidade entre os dois fidalgos que provavelmente remonta ao período da guerra da Restauração na qual podem ter servido em conjunto em algumas ocasiões<sup>66</sup>. A discussão acerca da prerrogativa sobre esses provimentos sugere que a manutenção da jurisdição e da hierarquia política em relação ao Rio de Janeiro era um ponto central para o governo-geral, como forma de preservar o espaço de atuação do ofício, ainda que na prática Afonso Furtado indicasse que nomearia os indicados por João da Silva como uma forma de reforçar os vínculos entre os fidalgos.

Essa caracterização geral dos fluxos de comunicação e provimento de serventias com vários espaços do Estado do Brasil demonstram, sem nenhuma pretensão de ser exaustiva, como as dinâmicas que perpassaram o governo de Afonso Furtado tomavam forma nas relações construídas com os oficiais de cada capitania. O contexto de disputa jurisdicional, assim como os conflitos contra os indígenas e a busca por metais preciosos marcaram o governo do Visconde de Barbacena. A partir desse quadro é possível visualizar como a esfera da governação englobava múltiplas áreas de atuação, definidas no regimento

65 «[...] não tem chegado depois que vim noticia de patente alguma de posto militar que vagasse: nem de mais serventias de ofícios que das raríssimas que Vossa Senhoria me avisou, e eu remeti, sendo-me presentes os que há e a Vossa Senhoria, que ninguém os há de servir senão quem Vossa Senhoria quiser; e eu deixei de prover alguns, que aqui se me pediam». 20/02/1672. DHBN, vol. 6, 223-225.

66 Em algumas cartas o governador-geral faz referências à guerra da restauração e reiteradamente compara o seu ofício no governo-geral com o ofício de governador das armas na província da Beira: «chegaram aqui novas por uma embarcação, que desse Rio vem carregar de farinhas ao Camamú, (em que não tive carta de Vossa Senhoria tendo-as outras pessoas) que chegara a esse porto uma do Rio da Prata com três homens enviados pelo Vice-Rei do Perú com aviso de os Franceses haverem tomado Panamá, para dai passarem a Portugal e a Madrid; e que Vossa Senhoria ficava despachando um navio para os levar a Lisboa. Vossa Senhoria sabe muito bem que de qualquer coisa que se oferecia nas fronteiras nenhum posto inferior dava imediatamente conta a Sua Alteza senão ao seu Governador das armas: e ele é que a dava a Sua Alteza.» 20/02/1672. DHBN, vol. 6, 223-225. A comparação não parece mero acaso, pois o fato de ambos terem participado de algumas batalhas em comum, como a Batalha do Ameixal (1665), sugere que esses fidalgos, ao menos, já se conheciam antes de vir para o Brasil. 17/08/1669. IAN/TT. *Chancelaria de D. Afonso VI*, Livro 20, fl. 425-426. 07/01/1669. AHU\_CU\_017-01, Cx. 6, D. 1084; 05/07/1669. AHU\_CU\_017-01, Cx. 6, D. 1085.

do governo-geral<sup>67</sup>, além de uma atuação sobre um território alargado, no qual as negociações e acordos firmados com as elites locais, possibilitavam o exercício de influência em uma escala Atlântica.

### 3. Rede de poder e influência: o caso dos provimentos militares

Nesse tópico me concentro nas estratégias utilizadas por Afonso Furtado para promover sua rede familiar e clientelar, uma vez que usou de sua posição para inserir vários indivíduos em postos de poder, acrescentando serviços às trajetórias destes e ampliando sua influência no espaço político do Estado do Brasil<sup>68</sup> (ver Anexo 1). Desde já é importante ressaltar que a prerrogativa de provimento concedida aos governadores-gerais era um elemento central na *economia da mercê* que movimentava os serviços da *monarquia pluricontinental portuguesa*.<sup>69</sup> Fernando Dores Costa sintetizou muito bem as nuances que permeavam essa prática:

67 O estudo mais sistemático sobre o papel dos regimentos na estruturação da governação foi feito por Cosentino em sua tese de doutorado publicada em livro: Cf. Francisco Carlos Cosentino, *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias* (São Paulo: Annablume, 2009), sp.

68 Seguimos aqui a proposição de Maria de Fátima Gouvêa que também analisou esse tipo de fenômeno, destacando a importância de captar como esses grupos desenvolviam «a sua capacidade de influir, de intervir, de desenvolver estratégias, de alterar o ritmo e o rumo dos acontecimentos em razão de um dado objetivo ou interesse – ou conjunto de objetivos e interesses.» Maria de Fátima Gouvêa, «Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730», em *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, orgs. João Fragoso y; Maria de Fátima Gouvêa (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010), 167-168.

69 Nos referimos aqui a percepção historiográfica que discute as elites nobiliárquicas portuguesas possuíam uma dependência material das rendas ultramarinas e ao se engajar no serviço da monarquia em postos militares e de governo movimentavam a *economia da mercê*, promovendo a circulação da maioria dos nobres e fidalgos portugueses que obtinham a manutenção do status de suas Casas às custas dos serviços no império português. Nuno G. Monteiro, «A “Tragédia dos Távoras”. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII», em *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, orgs. João Fragoso y; Maria de Fátima Gouvêa (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010), 317-342; João Fragoso y; Maria de Fátima Gouvêa, «*Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVII*», *Tempo*, vol. 14, n° 27, (2009): 36-50.

Colocar homens” é o poder social por excelência. “Colocar” é garantir a subsistência quotidiana (pelos meios a que dá acesso) e o estatuto social (talvez perdurável como “capital” (transmissível aos descendentes) de um indivíduo e produzir desta forma um “obrigado”. É um acto de “criação”, um acto de arbítrio, apenas dependente da “boa vontade” e do “acolhimento no séquito”, é um acto de um pequeno rei, mesmo de um pequeno “deus das coisas terrenas”<sup>70</sup>.

Analisar as estratégias que permeiam essas nomeações e as relações entre os indivíduos é uma forma de acessar o jogo relacional que marcou as práticas de governo. A inserção de indivíduos ligados a pessoa do visconde de Barbacena começou a ser construída antes mesmo de sua partida de Portugal. Seu filho, João Furtado de Mendonça, havia recebido a promessa de uma renda de 200 mil réis na Bahia<sup>71</sup> e a patente de Mestre de Campo do terço velho de Salvador, por seus serviços na Guerra da Restauração (1641-1668)<sup>72</sup>. Contudo, o posto mais alto do terço não estava vago, era ocupado por Álvaro de Azevedo e o provimento do filho de Afonso Furtado estava condicionado à aposentadoria do Mestre de Campo<sup>73</sup>.

A questão não era simples, e fora discutida anteriormente no Conselho Ultramarino, que manifestou em janeiro de 1671 a necessidade de aposentar o oficial veterano por terem

70 Fernando Dores Costa, «Observações para o estudo das nomeações dos postos militares» em *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidad; (séculos XVII – XVIII)*, orgs. Roberta Stumpf e; Nandini Chaturvedula (Lisboa: CHAM, 2012), 54.

71 João Furtado de Mendonça teve a promessa de uma comenda e solicitou que enquanto essa não se efetivasse que fosse pago com as rendas do contrato das baleias em Salvador. A consulta do conselho ultramarino indica que Afonso Furtado entrevistou de algum modo para que o filho recebesse essa renda: «Pede a Vossa Alteza que tendo respeito a ir servir aquela praça e ter um filho segundo que não tem nada de seu lhe faça mercê mandar lhe nomear nos ditos 200 mil réis de tença no dito contrato das baleias enquanto não entrar na dita comenda.» 25/09/1670. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 21, D. 2380.

72 Ross Bardwell sintetiza a trajetória de João Furtado e aponta como a experiência no Brasil foi importante para a sua nomeação para o governo da capitania do Rio de Janeiro. Ross Little Bardwell, «*The governors of Portugal's south atlantic empire in the seventeenth century: social background, qualifications, selection and reward*» (Tesis de doctorado em História, University of California, Santa Barbara, 1974), 70.

73 A carta patente explicita essa situação: «fica dependendo por mandar aposentar a Álvaro de Azevedo que até agora o exercitou». 25/02/1671. IAN/TT, *Chancelaria de Afonso VI*, Livro 41, f.67-67v.

informações acerca «dos muitos e anos [e] impossibilidade, achaques, que excluem a Álvaro de Azevedo de poder continuar no exercício do posto de Mestre de Campo de um dos terços da guarnição da Bahia»<sup>74</sup>. No mês seguinte a substituição foi discutida em uma consulta, que mencionou a publicação do edital chamando candidatos para o posto. Curiosamente, a consulta indica que somente João Furtado de Mendonça havia apresentado a sua lista de serviços. O tempo de serviço de João contabilizava «seis anos, seis meses e dois dias» e de uma listagem dos postos e das principais batalhas nas quais houve participação do candidato. Ao fim da consulta o parecer indicou uma lista de três pessoas, o filho do governador e dois oficiais veteranos da Bahia: Lourenço Barbosa de Franca e Assenso da Silva, ambos serviam como coronéis, o posto mais alto das ordenanças<sup>75</sup>. João foi indicado em primeiro lugar, com a ressalva indiscreta que se tivesse «consideração [deste] o ser filho de Afonso Furtado de Mendonça que Vossa Alteza tem nomeado por governador do Estado do Brasil porque com a sua assistência se poderá melhorar o terço e o serviço de Vossa Alteza»<sup>76</sup>. O monarca aceitou a recomendação e no mesmo mês concedeu a carta patente. Como veremos a efetivação desse provimento foi uma peça central das ações de Afonso Furtado.

A aposentadoria do Mestre de Campo Álvaro de Azevedo foi registrada quatro dias após a posse do governador geral, em 12 de maio de 1671<sup>77</sup>. O Mestre de Campo cumpriu a ordem, mas tratou de partir para Portugal e apresentar um pedido de recondução ao posto. Azevedo argumentou ao Conselho Ultramarino que servia há mais de 55 anos e que a sua aposentadoria forçada havia «tirado dele sem culpa e

74 14/01/1671. AHU\_CU\_005, Cx. 2, D.173.

75 Vale destacar que os dois oficiais eram cavaleiros da ordem de cristo e possuíam mais tempo de serviço que João Furtado, sendo veteranos das guerras holandesas no Brasil e experientes nas guerras do sertão. Apesar do maior tempo de serviço a experiência dos oficiais figura de modo muito sucinto na consulta, especialmente em comparação o candidato escolhido.

76 07/02/1671. AHU\_CU\_005-02, Cx. 21, D.2402.

77 A aposentadoria foi feita por alvará régio, que assegurava ao Mestre de Campo se «aposentar com o soldo que gozava com o mesmo posto para que o logre e vença em sua vida na mesma parte em que até agora se lhe pagou». 12/05/1671. DHBN, vol. 24, 150-151.

sem procederem as informações», prejudicando sua honra. A suplica foi acolhida de modo favorável no conselho, uma vez que o parecer destacou que a aposentadoria foi motivada pela

[...] suposta informação, que o governador do Brasil Afonso Furtado de Mendonça deu a Vossa Alteza dos impedimentos de Álvaro de Azevedo, provido no terço velho da guarnição da Bahia, não ser com toda a notícia que convinha, e com a assistência que este Mestre de Campo faz de presente nesta Corte a vista de Vossa Alteza (aonde veio requerer sua justiça) se mostra estar capaz de exercitar seu posto<sup>78</sup>.

O Mestre de Campo não foi o único que foi retirado de seu posto, Afonso Furtado inseriu vários militares no terço comandado por seu filho, muitos deles já haviam servido sob suas ordens ou de seu filho em Portugal. Para prover a serventia destes ofícios o governador tratou de reformar oficiais antigos e conceder licenças para aqueles que pretendiam ir ao reino solicitar mercês. Isso foi essencial para que os interesses de Afonso Furtado tivessem espaço, como ele declarou em carta remetida ao monarca o motivo de não enviar relação de postos vagos era a «muita pressa destes navios e o vagar com que é justo [que] me informe dos postos» justificando que procedeu a reforma e a concessão de licenças porque vários desses oficiais «nunca passaram a premio algum dos lugares, a que por seu merecimento podiam ter chegado. E com se verem por este modo lembrados, quando tinham já perdida a esperança de ir requerer a corte, os determino animar ao serviço de Vossa Alteza»<sup>79</sup>.

Antônio Correia Pestana foi um dos primeiros providos pelo governador-geral, nomeado para o posto de capitão da guarda do governador. Esse oficial possuía, à época do provimento, 9 anos de serviços na guerra da restauração, a maior parte desse período servindo sob as ordens de Afonso Furtado<sup>80</sup>. Em curto

78 18/03/1672. AHU\_CU\_005-02, Cx. 21, D.2462. Ao final da consulta a decisão foi que o Mestre de Campo seria reconduzido após o fim do triênio de João Furtado no posto e que nesse meio tempo continuaria a receber o soldo do posto. Stuart B. Schwartz; Alcir Pécora, orgs., *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra. Bahia, 1676* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002), 298.

79 15/05/1671. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 21, D.2421.

80 09/05/1671. DHBN, vol. 24, 163-165.

espaço de tempo Pestana foi provido em alguns outros postos, o que por um lado mostra a intenção do governador de manter o oficial inserido nas estruturas de poder. Em julho, Antônio Correia Pestana foi escolhido pelo governador<sup>81</sup> como tesoureiro da câmara de Salvador, motivo pelo qual deixou o posto de capitão da guarda: «cujas ocupações, e assistência naquele Senado lhe impedem o exercício das obrigações do dito»<sup>82</sup>. Em setembro Pestana voltava a um posto militar, como capitão de uma companhia do terço velho<sup>83</sup>, comandada pelo filho do governador. A passagem pelo terço foi muito breve, uma vez que em outubro Antônio Correia Pestana foi provido para um posto de maior importância, como capitão-mor e governador da fortaleza do Morro de São Paulo<sup>84</sup>, patente que manteve ao menos até 1675<sup>85</sup>. Esse exemplo mostra como o governador aproveitou várias oportunidades para inserir seu subordinado em espaços de poder, num espaço de poucos meses Antônio Pestana ocupou quatro cargos.

Outros oficiais que já acompanhavam o visconde de Barbacena também tiveram sua inserção na estrutura militar soteropolitana<sup>86</sup>. Luis Romão Sinel supriu a vacância de Antônio Correia Pestana como capitão da guarda do governador por 5 meses<sup>87</sup>. Após esse período sentou praça na companhia do

---

81 Os oficiais da câmara apresentaram três candidatos (Antônio Correia Pestana, Estevão Gomes de Escobar e Pedro Dias Pereira) ao governador-geral para que ele escolhesse o novo tesoureiro uma vez que o mandato de três anos de Manuel Freire de Azevedo havia acabado. 06/07/1671. DHBN, vol. 86, 193.

82 23/07/1671. DHBN, vol. 24, 272-274.

83 A vacância do posto se deu por licença concedida à Diogo de Souza da Câmara. 23/09/1671. DHBN, vol. 24, 306-307.

84 A importância estratégica dessa fortaleza foi destacada em uma consulta do Conselho Ultramarino: «a praça do Morro [de São Paulo] se deve mandar conservar em sua perfeição e defesa porque dela se seguem grandes consequências a conservação da Bahia pois se além de estar na cabeça da barra donde precisamente vão demandar todos os navios que buscam aquele porto, vem daquele distrito as mais das farinhas de que a Bahia se sustenta e as madeiras de que se fazem os reparos para a artilharia e esplanadas para os fortes». 16/02/1668. AHU\_ACL\_CU\_005-02, Cx. 20, D.2263.

85 A vacância desse posto também se deu por licença, concedida à Nuno Alvares Pereira. 02/10/1671. DHBN, vol. 24, 325-328.

86 Ao que parece Sinel serviu na guerra da restauração diretamente sob às ordens de João Furtado de Mendonça, o acompanhando nos deslocamentos pelas várias províncias de Portugal e na viagem ao Brasil. Parece provável que os provimentos ocorreram por recomendação ou pedido do filho do governador.

87 23/07/1671. DHBN, vol. 24, 272-274.

capitão Manuel Velho até 1675, quando foi promovido a capitão de uma companhia no terço de João Furtado de Mendonça, filho do visconde de Barbacena<sup>88</sup>.

Afonso Furtado também tratou de inserir seu sobrinho em um posto militar. Antônio de Souza Menezes recebeu uma companhia no terço de seu primo João Furtado de Mendonça pouco tempo após o início do governo do visconde de Barbacena<sup>89</sup>. O plano de acrescentamento do patrimônio familiar era complementado com oportunidades de investimento. O filho e o sobrinho do governador receberam sesmarias, concedidas nas terras de Peruassú, «donde assistia o gentio bárbaro que se debelou»<sup>90</sup>. A distribuição das terras foi seguida de investimento para montar currais, uma vez que a criação de gado para alimentar a cidade seguia sendo uma atividade muito lucrativa e em expansão à medida que novas terras eram tomadas dos povos indígenas. Vale destacar que nesse contexto a distribuição de sesmarias foi uma prática que serviu às elites locais, na ampliação das suas terras e na construção de um argumento de conquista tido como «um alto serviço feita à Coroa»<sup>91</sup>.

Essas terras motivaram uma disputa judicial posteriormente<sup>92</sup>, após o falecimento de Afonso Furtado, entre

88 19/10/1675. DHBN, vol. 26, 10-13.

89 14/05/1671. DHBN, vol. 24, 158-160.

90 18/06/1677. IAN/TT, *Coleção São Vicente*, Livro 13, fl.259-261.

91 Guida Marques, «O índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da Guerra Justa na Bahia seiscentista», *Revista de História*, n° 171 (2014): 42, doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89006>. Ana Paula Moreira Magalhães analisou as relações que Afonso Furtado estabeleceu com as elites locais no contexto das expedições contra os povos indígenas destacando como o governador-geral conciliou seus interesses com os grupos locais e utilizou as sesmarias como uma forma de remunerar esses grupos. Ana Paula Moreira Magalhães, «Para a conquista dos Bárbaros: rede de poder e governação de Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça (1671-1675)» (Tese de mestrado em História, Universidade do Estado da Bahia, 2015). A pecuária também foi objetivo de investimento de outros governadores-gerais, como o Conde de Castelo Melhor. Araújo, *A construção da governabilidade...*, 141.

92 O Mestre de Campo apresentou uma petição para confirmação das sesmarias que havia recebido durante o governo do Conde de Atouguia. AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 23, D.2750-2751.

seus herdeiros e o Mestre de Campo Pedro Gomes<sup>93</sup>. As alegações do Mestre de Campo informam que o governador-geral «foi inimigo capital deste suplicante [Pedro Gomes], e tiveram entre razões e causas que de direito produzem e provam a dita inimizade e a mesma prosseguem seus herdeiros», apresentando em sua defesa a tese da perseguição por parte do governador e a sua conduta correta ao longo da sua longa lista de serviços sem que houvessem crimes ou condenações<sup>94</sup>. O caso em questão indica como Afonso Furtado e seus familiares no Estado do Brasil se envolveram em disputas de poder com outros oficiais dos terços, chegando à materialização da violência.

A posição de poder ocupada por Afonso Furtado permitia que ele favorecesse pessoas de sua escolha e tirasse proveito das oportunidades que surgiam. Isso fica evidente no caso do envio de seu filho à Portugal para apresentar as amostras de prata que foram encontradas nas minas de Paranaguá. João Furtado partiu de Salvador em 4 de agosto de 1674, levando as amostras minerais enviadas da capitania de São Vicente. Na costa de Portugal a embarcação foi perseguida por corsários de Argel o que resultou no naufrágio do navio e a perda das amostras. Alguns tripulantes, incluindo o filho do governador-geral, conseguiram se salvar<sup>95</sup>. Dez anos depois esse episódio,

93 A origem da disputa foi resumida em uma petição da viscondessa de Barbacena: «repartiu o dito governador as terras que ficavam juntas a ela [casa forte] pelas pessoas mais ricas e capazes de as poderem pousar com brevidade dando-lhes de sesmaria como é costume entre as quais deu uma pouca a seu filho João Furtado de Mendonça e a seus sobrinho Antônio de Souza de Menezes e logo da sua fazenda as mandou fabricar plantando, currais metendo gados e negros, gastando nisso mais de vinte e cinco mil cruzados como foi notório a todos e pousando-se estas terras mais de um ano antes de sua morte não houve em dito tempo quem pusesse embargos nem saísse com impedimento a dita povoação mas logo que ele morreu disse o Mestre de Campo Pedro Gomes que as ditas terras lhe pertenciam por uma sesmaria que havia mais de vinte anos que havia dado o conde de Atouguia sem em todo este tempo ter tomado posse delas nem as terem descobertas por estarem ocupadas pelo gentio bárbaro e só se descobriram quando ele se conquistou, e sem requerer por justiça que eram suas, mandando a dois filhos seus com mais de setenta homens os quais puseram fogo aos currais e da mesma maneira à casa forte matando negros e picando os gados de sorte que todo o cabedal que estava metido nas ditas terras se perdeu sem se poder recolher coisa alguma.» IAN/TT, *Coleção São Vicente*, Livro 13, fl.264.

94 IAN/TT, *Coleção São Vicente*, Livro 13, fl.270-272.

95 1674. DHBN, Vol, 6, 280-285; J. Lúcio d'Azevedo ed., *Cartas do Padre António Vieira* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928), 120; Schwartz; Pécora, *As excelências do governador...*,167-169.

assim como toda a experiência no Brasil, foi levado em conta como serviço na carta patente que o nomeou como governador da capitania do Rio de Janeiro <sup>96</sup>.

É interessante destacar que os provimentos militares faziam parte do vocabulário político da governação, sendo um tópico frequente na comunicação com alguns governos de capitania. Como apontamos no Quadro 2 as capitanias de Pernambuco e Rio de Janeiro figuravam entre os principais destinos das correspondências, e os seus governadores eram os interlocutores preferenciais (Quadro 3).

Nome	Ofício	Nº de cartas	% <sup>97</sup>
Fernão de Sousa Coutinho	Governador da Capitania de Pernambuco	48	10,3%
João da Silva de Souza	Governador da Capitania do Rio de Janeiro	19	4,1%
Agostinho de Figueiredo	Capitão-mor da Capitania de São Vicente	18	3,9%
D. Pedro de Almeida	Governador da Capitania de Pernambuco	16	3,4%
João de Munhós	Capitão-mor da Capitania de Sergipe del Rei	13	2,8%
Ignácio Coelho da Silva	Capitão-mor da Capitania da Paraíba	10	2,2%
<b>Total</b>		<b>124</b>	<b>26,7%</b>

**Quadro 3** – Principais oficiais de governo que receberam correspondências de Afonso Furtado de Mendonça.

**Fonte:** Banco de dados: correspondências do governo-geral.

As relações de Afonso Furtado com Fernão de Sousa Coutinho e João da Silva de Souza permitem observar outra dinâmica que permeava os provimentos e está igualmente associada ao estabelecimento de redes. A definição das jurisdições ocorrida durante a segunda metade do século XVII assegurou aos governadores de Pernambuco e do Rio de Janeiro a possibilidade de propor listas tríplexes para os ofícios militares

96 25/08/1685. IAN/TT, *Chancelaria de D. Pedro II*, Livro 17, fl.131.

97 Os percentuais foram calculados em relação ao total de correspondências emitidas pelo governo-geral nesse período: 465 cartas.

que estivessem vagos. Nos primeiros meses de seu governo o visconde Barbacena escreveu aos governadores pedindo a lista de ofícios vagos indicando que respeitaria as indicações feitas pelos governadores<sup>98</sup>, um importante sinal de respeito às jurisdicionais que recentemente haviam se definido dessa maneira<sup>99</sup>.

Em uma carta ao governador do Rio de Janeiro, Afonso Furtado indica que Fernão de Souza Coutinho, governador de Pernambuco, havia atendido seu pedido e enviado «uma memória geral de todas as serventias» da capitania, sendo esse um elemento utilizado para reforçar o pedido que João da Silva de Souza fizesse o mesmo. O governador-geral buscava conservar o espaço jurisdicional estabelecido no seu regimento, uma vez que a prerrogativa de confirmar os provimentos era um importante elemento no jogo político da governação, reforçando que o descumprimento dessa prática traria prejuízos ao governador do Rio de Janeiro e aos providos: «porque não fique a falta de eu prover resultando de omissão dos que vós tiveres provido, pois como vós, acabados os seis meses não podeis fazer segundo provimento, [que] será nulo tudo quanto se processar, e ficará necessariamente cessando o curso de todas as causas com prejuízo grande dos interessados nelas»<sup>100</sup>.

A disposição do governo-geral em manter o novo protocolo encontrava essa resistência passiva, marcada pela omissão e pelos atrasos. Em outras ocasiões o Afonso Furtado reforçava a hierarquia e a subordinação do governo do Rio de Janeiro, reclamando mais uma vez que não havia recebido as informações sobre os postos vagos e indicava que havia deixado «de prover

98 Para o governador do Rio de Janeiro: «E sei eu quando algum vagar, que as pessoas que Vossa Senhoria me apontar, para eles, hão de ser sempre as que eu consulte como maior acerto». 23/05/1671. DHBN, vol. 6, 172-173. Para o governador de Pernambuco: «E sei eu quando algum vagar, que as pessoas que Vossa Senhoria me apontar para eles hão de ser sempre as que eu consulte com maior acerto, e proveja com maior gosto.» 03/06/1671. DHBN, vol. 9, 421-422.

99 Essas transformações foram analisadas detidamente em outro trabalho, no qual indiquei os conflitos decorrentes das disputas pelos provimentos entre esses governos, e as mudanças ocorridas a partir do reordenamento territorial das jurisdições. Araújo, *A construção da governabilidade...*, 94-108.

100 11/10/1671. DHBN, vol. 6, 216-218.

alguns, que aqui se me pediam, por se me não apresentar provimento de Vossa Senhoria»<sup>101</sup>, num gesto de respeito à prerrogativa do governo fluminense. Possivelmente a boa disposição do governador-geral se devesse à amizade entre os dois<sup>102</sup>, uma vez que eles circularam pelos mesmos espaços no durante a Guerra da Restauração (ver Anexo 1). Em várias cartas Afonso Furtado trata João da Silva como amigo, e em várias delas isso transcende o que poderia ser um tom protocolar de etiqueta:

Não houve ocasião de embarcação para esse Rio em que eu não escrevesse a Vossa Senhoria sempre com o desejo de ter repetidas novas suas: e depois que cheguei a este Estado, são muito raras às vezes Vossa Senhoria me deixou ter esse gosto; de que me resultam duas queixas, em que necessariamente é Vossa Senhoria muito culpado. A primeira pelo que toca á nossa amizade, em que eu não quero que me prefira ninguém. A segunda pelo que se deve a este Governo, em que não é justo que outros se vissem mais bem correspondidos das obrigações desse<sup>103</sup>.

A relação com o governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho, também permite compreender como a intermediação poderia ocorrer com trocas de favores e pedidos de favorecimento. O governador-geral pediu a Fernão de Souza Coutinho que favorecesse um enviado que iria realizar cobrança de dívida na capitania, justificando que o pedido fora feito por «um sujeito a que desejo agradar muito»<sup>104</sup>. A espiral de interesses era tecida nesse vai e vem de favores e favorecimentos: o governador-geral pedia um favor ao de Pernambuco, ao

101 20/02/1672. DHBN, vol. 6, 223-224.

102 Nos referimos aqui ao conceito de amizade no Antigo Regime português conforme discutido por Pedro Cardim. Para o autor essas noções representavam «laços sociais muito formalizados, instaurando mecanismos comportamentais que constrangiam fortemente a conduta quotidiana» Pedro Cardim, «Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII», *Lusitania Sacra*, nº 11 (1999): 42, doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1999.7501>. De modo que esse conjunto de «práticas mais ou menos ritualizadas, como era o caso da troca de correspondência, da dedicatória de um livro a um amigo, do sofrimento em conjunto ou do choro ao lado de um amigo» serviam ao propósito de consolidar vínculos, pautados na lealdade, confiança e reciprocidade, elementos centrais para a conformação dessas relações no âmbito da governação.

103 20/02/1672. DHBN, vol. 6, 223-225.

104 20/07/1671. DHBN, vol. 9, 426-427.

mesmo tempo estava atendendo um desejo de um terceiro, provavelmente outro nobre português, e todos os envolvidos ao participar estavam de alguma forma criando dívidas e obrigações simbólicas que eram acionadas continuamente. Essa dinâmica construía vínculos que perpassavam as esferas de governo, e através de uma análise detida da comunicação política é possível identificar esses padrões e compreender a articulação desses grupos, como trabalhos anteriores mostraram<sup>105</sup>.

#### 4. Conclusões

Ao longo do texto apresentei como as dinâmicas de comunicação política e de provimento de serventias são janelas para acessar aspectos fundamentais da governação. A troca de correspondências revela como o governo-geral geria as questões surgidas no cotidiano, além de apresentar e refletir ritmos conjunturais associados à questões como as guerras contra mocambos e povos indígenas, comércio e produção, povoamento do interior e descobertas minerais. Nesse sentido, o governo de Afonso Furtado de Mendonça oferece um ponto de vista para compreender esses processos que estavam em curso, e em especial nos permitem acessar como o governador conjugava as questões de governo e os seus interesses. Essas questões emergem da análise dos provimentos de serventias, que oferecem elementos para compreender como essa prática era um caminho para ampliar a influência política e interferir em processos locais.

A atuação da rede mobilizada pelo visconde de Barbacena mostra como essas práticas sociais agregaram grupos diferentes e estratégias diversas. A inserção de indivíduos diretamente relacionados ao governador-geral foi conduzida de modo enfático, criando espaços para inserir familiares e subordinados em estruturas que já estavam ocupadas. Por outro lado, a reação a prática foi efetiva em explicitar as incongruências e os problemas das ações do governador do ponto de vista do respeito aos direitos dos oficiais que eram destituídos ou recebiam licença. No que toca às relações com outras esferas de poder na América

---

105 Araújo, «As dinâmicas de...», 217-240.

Portuguesa fica explícito como os provimentos de serventia eram uma moeda corrente no vocabulário político da governação. Pedidos de favorecimento, trocas de favores e respeito às indicações de outros oficiais de governo foram elementos utilizados para construir e manter vínculos interpessoais para assegurar que os interesses particulares do governador e de sua rede pudessem ter espaço.

### **Declarações Finais**

**Conflito de interesses:** Autor declara não ter conflitos de interesse.

**Implicações éticas:** Autor declara que este artigo não tem implicações éticas na sua redação ou publicação.

**Financiamento:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). – Código de Financiamento 001.

### **Referências**

#### **Fontes primárias (manuscritas)**

##### **Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS)**

Provisões de Governo e Senado (PGS). Vol. 1 (1642-1648); Vol 2. (1648-1657); Vol. 3, (1649-1656).

##### **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)**

Avulsos da Bahia: AHU\_ACL\_CU\_005, Cx. 2, D.173.

Luiza da Fonseca/Bahia: AHU\_ACL\_CU\_005-02, Cx. 20, D.2263. Cx. 21, D.2380; D.2402; D.2421; D.2462. Cx. 22, D.2606; D.2607; Cx. 23, D.2750-2751.

Castro Almeida/Rio de Janeiro: AHU\_CU\_017-01, Cx. 6, D. 1084-1085.

### **Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro (BNRJ)**

Seção de Manuscritos Códice 1, 2, 5. Códice 9, 2, 20. (1642-1753).

### **Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT)**

Chancelaria de D. Afonso VI, Livro 20, fl. 425-426. Livro 41, fl. 12-12v; f.67-67v. Livro 45, fl.133v-134.

Chancelaria de D. Pedro II, Livro 17, fl.131.

Coleção São Vicente, Livro 13, fl.259-261; fl.264; fl.270-272.

### **Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)**

1º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1659-1668).

2º Livro de Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1673-1690).

### **Fontes primárias (impressas)**

Arquivo Municipal de São Paulo, *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, vol. II (1637-1660). São Paulo: Typographia Piratininga, 1917.

Arquivo Municipal de São Paulo, *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*, vol. III (1661-1709). São Paulo: Typographia Piratininga, 1917.

Arquivo Nacional, *Publicações do Arquivo Público Nacional*, vol. XI 1675-1719. Rio de Janeiro: Typographia do Arquivo Público Nacional, 1911.

Bacelar, António Barbosa. *Relaçam da vitoria que alcançaram as armas do muyto alto, & poderoso Rey D. Affonso VI. em 14. de Janeiro de 1659. contra as de Castella, que tinham sitiado a praça de Elvas...* Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck, 1659.

Biblioteca Nacional, *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*.  
Volumes: 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23,  
24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 86.

D. José de Mirales, «Historia militar do Brasil». En *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXII, (1900): 1-214.

Luiz dos Santos Vilhena, *Recompilação de Noticias soteropolitanas e brasílicas*. Livro II. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1921.

«Regimento dos governadores da capitania de Pernambuco». Em Biblioteca Nacional, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXVIII, 121-127. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional 1906.

*Relacion verdadera, y pontual, de la gloriosissima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el exercito del Rey de Portugal, de que es capitan general Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva... contra el exercito del Rey de Castilla, de que era capitan general el Marquez de Caracena, el dia diez y siete de Junio de 1665. con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa*. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Olivera, 1665.

*Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco*, (RIAGP) n° 34, Dezembro de 1887. Recife: Typographia Universal, 1887.

*Revista do Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco*, (RIAGP) n° 35, Abril de 1888. Recife: Typographia Universal, 1888.

## **Bibliografia**

Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Almeida, Carla Maria Carvalho de, ed. *Diálogos com o império: câmaras ultramarinas e comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa, séculos XVII e XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

Araújo, Hugo André Flores Fernandes. «*A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682)*». Tesis de doctorado en História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Araújo, Hugo André Flores Fernandes. «As dinâmicas de comunicação política e de provimento de ofícios na formação de redes governativas no Estado do Brasil (1663-1667)». En *Impérios Ibéricos no Antigo Regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII)*, editado por Fabiano Vilaça dos Santos e Mônica da Silva Ribeiro. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

Araújo, Hugo André Flores Fernandes. «“Com cartas para todas as câmaras deste Estado”: a comunicação política entre o governo-geral e as câmaras do Estado do Brasil (1642-1682)». *Revista Ágora* vol. 32, n° 3 (2021): 1–34. Doi: <https://doi.org/10.47456/e-2021320302>.

Araújo, Hugo André Flores Fernandes. «O provimento de ofícios militares e a organização da defesa na capitania da Bahia (1642-1682)». *História (São Paulo)* vol. 41, (2022): 1–22. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2022053>.

Azevedo, J. Lúcio de, ed. *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

Barbosa, Kleyson Bruno Chaves. «A câmara da cidade no Natal na arquitetura de poderes das capitanias do norte: Comunicações políticas, relações de poder e integração ao Império português (1701-1759)». Tesis de doctorado en História, Universidade Federal Fluminense, 2022.

Bardwell, Ross Little. «The governors of Portugal’s south atlantic empire in the seventeenth century: social background, qualifications, selection and reward». Tesis de doctorado em História, University of California, Santa Barbara, 1974.

Biblioteca Nacional, *Catálogo da exposição de história do Brasil*, introdução de José Honório Rodrigues. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

- Cardim, Pedro. «Amor e amizade na cultura política dos séculos XVI e XVII». *Lusitania Sacra*, n° 11 (1º de janeiro de 1999): 42. Doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1999.7501>.
- Comissoli, Adriano; Vianna, Clarissa Prestes Medeiros. «Governadores e generais: comunicação, inteligência e defesa no Rio Grande de São Pedro Português». *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil* vol. 13, n° 26 (2017): 11–24.
- Cosentino, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume, 2009.
- Cosentino, Francisco Carlos; Mafalda Soares da Cunha; António Castro Nunes; Raminelli, Ronald. «Governadores reinóis e ultramarinos». En *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, editado por João Frago; Nuno G. Monteiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Costa, Fernando Dore. «Observações para o estudo das nomeações dos postos militares». En *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade; (séculos XVII – XVIII)*, organizador Roberta Stumpf; Nandini Chaturvedula. Lisboa: CHAM, 2012.
- Curvelo, Arthur. «Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”: o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c. 1654-c. 1756)». Tesis de doctorado en História, Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, 2019.
- Curvelo, Arthur. «Governar à distância nas capitanias da América portuguesa Comunicações políticas entre governadores e autoridades locais. Pernambuco, séculos XVII e XVIII». En *Las distancias en el gobierno de los imperios ibéricos: concepciones, experiencias y vínculos*, organizado por Guillaume Gaudin; Roberta Stumpf, 235–54. Madrid: Casa de Velázquez, 2022. <https://books.openedition.org/cvz/29051>.

- Ferreira, Roquinaldo. «O Brasil e arte da guerra em Angola (séculos XVII e XVIII)». *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 39 (junho de 2007): sp.
- Fragoso, João; Gouvêa, Maria de Fátima. «*Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII*». *Tempo*, vol. 14. n° 27 (dezembro de 2009): sp.
- Fragoso, João. «Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa» em *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, editado por João Fragoso; Nuno G. Monteiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Fragoso, João; Monteiro, Nuno G., eds. *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- Fonseca, Marcos Arthur Viana da. «Os governos das Capitanias do Norte: poder, jurisdição e conflitos (1645-1750)». Tesis de doctorado en História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2022.
- Ghobrial, John-Paul A. «Networks and the Making of a Connected World in the Sixteenth Century». En *Information: a historical companion*, editado por Ann Blair y otros. Princeton: Princeton University Press, 2021.
- Gouvêa, Maria de Fátima. «Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730» en *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, organizado por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Krause, Thiago Nascimento. «Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista», Tesis de doctorado en História, Universidade Federal do Rio Janeiro, 2015.
- Lara, Silvia Hunold. «Depois da batalha de Pungo Andongo (1671): o destino atlântico dos príncipes do Ndongo». *Revista de*

*História*, nº 175 (20 de dezembro de 2016): 205–25. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.121827>.

Lara, Silvia Hunold. *Palmares & Cuaçu: O Aprendizado da dominação*. São Paulo: Edusp, 2021.

Magalhães, Ana Paula Moreira. «Para a conquista dos Bárbaros: rede de poder e governação de Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça (1671-1675)». Tesis de mestrado em História, Universidade do Estado da Bahia, 2015.

Marques, Guida. «O índio gentio ao gentio bárbaro: usos e deslizes da Guerra Justa na Bahia seiscentista» *Revista de História*, nº 171 (18 de dezembro de 2014): 42. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89006>.

Marques, Guida. «“Por ser cabeça do Estado do Brasil”. As representações da cidade da Bahia no século XVII», en *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*, organizado por Evergton Sales Souza; Guida Marques; Hugo Ribeiro da Silva. Salvador: Lisboa: EDUFBA; CHAM, 2016.

Monteiro, Nuno G. «A “Tragédia dos Távoras”. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII». En *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Organizado por João Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Moura, Denise Aparecida Soares de. «Redes associativas e de comunicação entre as câmaras de uma capitania, São Paulo (século XVIII)». *História Revista* vol. 21, nº 1 (21 de setembro de 2016). Doi: <https://doi.org/10.5216/hr.v21i1.37319>.

Nafafé, José Lingna. *Lourenço da Silva Mendonça and the Black Atlantic Abolitionist Movement in the Seventeenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Doi: <https://doi.org/10.1017/9781108974196>.

Nijenhuis, Ida y outros. «Information and power in history: A new historiographical approach?». En *Information and power in history: towards a global approach*, editado por Ida Nijenhuis y outros. New York: Routledge, 2020.

Oliveira, Leonardo Paiva de. «Governantes das Capitánias do Norte: hierarquias territoriais, circulação e redes de conhecimento

- dos agentes governativos (1654 – 1800)». Tesis de doctorado en História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2022.
- Puntoni, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo. Brasil: FAPESP, Editora Hucitec, Edusp, 2000.
- Salvino, Romulo Valle. *Guerras de papel: comunicação escrita, política e comércio na monarquia ultramarina portuguesa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.
- Salvino, Romulo Valle. *Os correios dos governadores: Sistemas de comunicação escrita administrativa e militar na América portuguesa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.
- Schwartz, Stuart B.; Pécora, Alcir, orgs. *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra. Bahia, 1676*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- Stumpf, Roberta. «Os provimentos de ofícios: a questão da propriedade no Antigo Regime português», *Topoi (Rio de Janeiro)* vol. 15, nº 29 (dezembro de 2014): 614. Doi: <https://doi.org/10.1590/2237-101X015029009>.
- Vivo, Filippo De. *Information and communication in Venice: rethinking early modern politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- Vivo, Filippo De. «Microhistories of Long-Distance Information: Space, Movement and Agency in the Early Modern News». *Past & Present*, vol. 242, nº Supplement\_14 (2019): 179–214. Doi: <https://doi.org/10.1093/pastj/gtz042>.

### **Citar este artículo**

Flores Fernandes Araújo, Hugo André. «O governo do 1º Visconde de Barbacena no Estado do Brasil: comunicação política, provimentos militares e redes de poder (1671-1675)». *Historia Y MEMORIA*, nº 32 (2026): 57-102. Doi: <https://doi.org/10.19053/uptc.20275137.n32.2026.18713>.

### Anexo 1 – Quadro relacional das trajetórias de serviços da rede de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça no Estado do Brasil

Nome	Postos no Reino	Postos no Brasil	Batalhas na guerra da Restauração
Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, 1º visconde de Barbacena	General da Artilharia (1659) Governo das armas da Província da Beira – Partido de Penamacor (1663-1668)	Governador-geral do Estado do Brasil (1671-1675)	Linhas de Elvas (1659) Batalha do Ameixal (1665)
João da Silva de Sousa	General da Cavalaria do Algarve Capitão General da Artilharia do Alentejo	Governador do Rio de Janeiro (1669-1675)	Batalha de São Miguel (1658) Linhas de Elvas (1659) Batalha do Ameixal (1665) Batalha de Montes Claros (1665)
Fernão de Sousa Coutinho	General de artilharia Minho (1665-1670)	Governador de Pernambuco (1670-1674)	Linhas de Elvas (1659)
João Furtado de Mendonça, <i>filho de Afonso Furtado</i>	Capitão de Cavalos (Beira e Alentejo)	Mestre de Campo do terço velho da Bahia (1671-1675) Governador do Rio de Janeiro (1686-1689)	-
Antônio de Souza Menezes, <i>sobrinho de Afonso Furtado</i>	-	Capitão do terço velho da Bahia (14/05/1671)	-

<p>Luis Romão Sinel</p>	<p>Alferes de Companhia de Couraças na Província da Beira (1663-1668)</p> <p>Soldado na Armada da Companhia Geral do Comércio na viagem que trouxe Afonso Furtado (01/1671)</p>	<p>Capitão da guarda do governador-geral (23/07/1671-04/01/1672)</p> <p>Soldado na companhia do Capitão Manuel Velho (1672-1675)</p> <p>Capitão do terço velho da Bahia (19/10/1675)</p>	<p>Batalha do Ameixal (1665)</p>
<p>Antônio Corrêa Pestana</p>	<p>Ajudante de Cavalaria na Província da Beira</p> <p>Ajudante do Número na Armada da Companhia Geral do Comércio na viagem que trouxe Afonso Furtado (01/1671)</p>	<p>Capitão da guarda do governador-geral (09/05/1671)</p> <p>Tesoureiro da Câmara de Salvador (07/1671)</p> <p>Capitão do terço velho da Bahia (23/09/1671)</p> <p>Capitão-Mor e Governador da Fortaleza do Morro de São Paulo (02/10/1671)</p>	<p>Linhas de Elvas (1659)</p>

**Fontes:** Arthur Curvelo, «Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”: o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c. 1654-c. 1756)» (Tesis de doctorado en História, Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, 2019), 68; António Barbosa Bacelar, *Relaçam da vitoria que alcançaram as armas do muyto alto, & poderoso Rey D. Affonso VI. em 14. de Janeiro de 1659. contra as de Castella, que tinham sitiado a praça de Elvas...* (Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck, 1659), *Relacion verdadera, y puntual, de la gloriosissima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el exercito del Rey de Portugal, de que es capitan general Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva... contra el exercito del Rey de Castilla, de que era capitan general el Marquez de Caracena, el dia diez y siete de Junio de 1665. con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa* (Lisboa: Officina de Henrique Valente de Olivera, 1665); IAN/TT. Chancelaria de Afonso VI, Livro 20, fl. 425v-426; Livro 45, fl. 133v-134; IAN/TT. Chancelaria de Afonso VI, Livro 41, fl. 12-12v; fl. 67-67v